

Virgílio Hipólito Correia

**A ARQUITETURA DO OCIDENTE DA LUSITÂNIA  
ROMANA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A ARQUITETURA DO OCIDENTE DA LUSITÂNIA ROMANA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

AUTOR

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

DIANA SARAIVA DE CARVALHO

ISBN

978-972-623-318-3

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2017

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

# **A ARQUITETURA DO OCIDENTE DA LUSITÂNIA ROMANA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

Virgílio Hipólito Correia  
(Museu Monográfico de Conimbriga,  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos)

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Research Developed under the Project UID/ELT/00196/2013, funded by the Portuguese FCT – Foundation for Science and Technology.

## **Resumo:**

É apresentada uma síntese historiográfica sobre a arquitetura romana do território português, quer no domínio das obras públicas quer das privadas, na ótica do que ela representa no fenómeno da romanização da Lusitânia.

O caso de estudo principalmente seguido é, naturalmente, a cidade de Conimbriga, dado o maior número de dados disponíveis, mas são referidos os mais exemplos relevantes conhecidos, quer no que respeita à dispersão da rede urbana no ocidente da província, quer aos principais monumentos.

É proposto um modelo interpretativo para o fenómeno da romanização da prática habitacional e, em geral, da cultura da sociedade.

## **Summary:**

A historiographical synthesis on the Roman architecture of the Portuguese territory is presented, covering both the domains of public and private works, under the perspective of what they represent in the phenomenon of Romanization of Lusitania.

The main case-study is, of course, the town of Conimbriga, given the largest set of data available, but the other most relevant examples are mentioned, both in regard to the urban network in the west of the province and to the main known monuments.

An interpretative model for the phenomenon of the romanization of housing practice and, in general, of the culture of society is proposed.

\*\*\*

## Os limites da indagação

A apresentação dos vestígios de arquitetura romana em Portugal necessita de ser delimitada por critérios que não podem ser rigidamente determinados, devidos a questões histórico-geográficas.

Em primeiro lugar está a relação entre a área de estudo e a configuração histórica desse território. Segundo Plínio, a Lusitânia era delimitada pelo Douro, e a zona portuguesa a Norte desse rio, pese embora a etapa pré-Agripa da transição Ulterior/Lusitânia, fez parte da Tarraconense e, em certo momento, da *Callaecia* de Caracala. O território português dividia-se, portanto, por duas províncias distintas, problema que não deve, à partida, ser descartado como irrelevante.

Por outro lado, as tradições historiográficas portuguesa e espanhola evoluíram de forma diversa, tendo a parte portuguesa colocado bastante ênfase na aplicação de um modelo locacional para as *civitates* (Hodder & Hassall 1971, Hodder 1972), identificadas a partir das listas plinianas e da evidência epigráfica (Alarcão 1985b, 1990, 1998; Mantas 1997), o que não aconteceu na parte espanhola (cf. Nogales & Pérez 2014, *passim*).

Uma apresentação dos dados da arquitetura romana em Portugal, como em outro qualquer campo do período romano, padece portanto destes dois problemas cruzados: a apresentação de dados de contexto provincial diverso, e a incompleta apresentação da realidade provincial que se pode julgar significativa.

Numa outra ordem de ideias ainda, mais pragmática, este texto não poderá abordar importantes categorias arquitetónicas romanas, como a residência rural de luxo, as *villae*, nem será oportuno aprofundar a análise de temas tratados noutras conferências, como as termas, ou outros muito específicos, como as pontes, que, sem embargo, são importantes categorias de edifícios.

Tentarão, portanto, apresentar-se os conhecimentos atualmente disponíveis sobre a arquitetura, pública e privada, das cidades romanas em território português.

O terceiro grande limite à presente indagação é, evidentemente, o do conhecimento de terreno disponível atualmente.

Identificam-se na parte portuguesa da Lusitânia, 34 *civitates* (Alarcão 1985b), a que se devem adicionar, a título de núcleos urbanos, mesmo se não dotados de capitalidade, alguns casos documentados epigraficamente, como o da *civitas cobelcorum* (Frade 1988), por fontes historiográficas recentemente estudadas, como Ipses (Alarcão 2010, 107-123), ou núcleos nem sempre considerados como Baesuris e

Laccobriga, no Algarve (Mantas 1997, 283-305); Sines (Blot 2003, 270-272; Fernandes 10 esp. n. 6, c/ bib anterior) e o par Tróia/Setúbal (Caetobriga), na costa alentejana, e Vipasca (Pérez *et al.* 2007, 423-424), no interior.

No entanto, muitos destes núcleos não são conhecidos ou não estão sequer localizados com segurança, como Langobriga, Aritium Vetus (mas cf. António & Encarnação 2014), Concordia ou as capitais dos Arabrigenses, dos Aranditani (mas cf. Correia 2016a), dos Banienses, dos Bardili, dos Lancienses (que podem ter sido uma ou duas cidades), dos Meidubrigenses, dos Paesuri ou dos Taporí (Alarcão 1985b, 27-30). Onze em quarenta e um núcleos (cerca de 1/4) estão desta forma afastados de qualquer análise.

Note-se, todavia, que alguns destes locais (em especial aqueles do quadrante Nordeste, mas talvez não exclusivamente estes) podem corresponder a um modelo de *civitas sine urbs* (Mangas 2014, 807-830), modelo a que se pode talvez atribuir também os casos das *civitates* dos Aravi, dos Coilarni (Vaz 2010, 316-323), dos Cobelci (Frade 1990, 1991, 2010; talvez os estropiados “Elbocori” da lista pliniana, segundo Amílcar Guerra em comunicação à IX Mesa Redonda sobre a Lusitânia, Madrid, Novembro de 2016) e dos Igaeditani (Carvalho 2009, 124-127; Mantas 2010). Também de Talabriga se conhecem apenas as estruturas do *forum*, mas que parecem localizar-se num sítio mais vasto, idóneo para a localização de uma verdadeira cidade (Lopes 2000, 28-38), situação, aliás, semelhante à de Collipo (Bernardes 2007, id. 2010).

Há ainda cidades romanas nas quais, a arqueologia conhece apenas alguns edifícios, ou seus vestígios. São os casos (indicados de Norte para Sul) de: Vissaeum, talvez capital dos Interannienses (Vaz 2010, 320-322); da capital localizada em Bobadela (Frade e Portas 1994; Frade 2010); de Aeminium (Alarcão 2008; Carvalho *et al.* 2010; Silva 2011); de Sellium (Ponte 1993, 450; 2010); de Eburobrittium (Moreira 2002, 61-87); de Scallabis (Arruda *et al.* 2002, 69-93); de Olisippo (cf. bibliografia revista em Figueiredo 2014); de Caetobriga (Setúbal/Tróia. Silva & Soares 1986, 178-194; Etienne *et al.* 1994, 18-19; Silva *et al.* 2015); de Salacia (Faria 1998, 185-189); de Eborá (Lima 1996, 21); de Pax Iulia (Lopes 2003, 163-186; Lopes 2010); de Sines (*op. laud.*); de Vipasca (*idem*); de Cilpes (Gomes 2000, 93-97); de Myrtilis (Rafael & Lopes 2007; Lopes 2012); de Laccobriga (Monte Molião/Lagos, Morán 2007, 39-47); de Ossonoba (Gamito 1991, 19-26) e de Balsa (Silva 2007, 110-123). É este o corpo principal de estudo à disposição do investigador.

Quanto ao território português a Norte do rio Douro (cf. Alarcão 1998) as cidades romanas conhecidas são quatro: Portus Cale (Gomes 2011, 837-848), Tongobriga (Dias 1997, 1999, 2003, 2011, 2013; Rocha *et al.* 2015), Bracara Augusta (Martins 1999; 2000) e Aquae Flaviae (Alfenim 1992, 85-98; Carneiro 2013, 793-802). Decorrem atualmente escavações arqueológicas em Castro de Avelãs, provável sede dos *Zoelae* (Silva 2011, 11-23), mas os dados significativos publicados são ainda poucos (André *et al.* 2014, 573-575).



**Figura 1** — Cidades romanas do território português e da Lusitânia (segundo J. Alarcão 1988, vol. 1, fig. 8, p. 21).

## **Uma metodologia de abordagem**

Da enunciação acima feita, restam três núcleos urbanos da Lusitânia que aí não foram mencionados: Mirobriga (Almeida 1964; Biers 1988; Barata 1998; id. 2010), Ammaia (Pereira 2009, 49-54; Mantas 2010; Corsi e Vermeulen 2012) e Conimbriga (Alarcão e Etienne 1976 e Correia 2013a, entre outra numerosa bibliografia), que partilham duas características determinantes na sua presente relevância no conhecimento histórico-arqueológico: a sua desertificação na Idade Média e projetos de investigação no século XX a elas dedicados.

Entre estas três cidades sobrepõe Conimbriga, quer no impacto académico da investigação aí levada a cabo, quer nas preocupações pessoais e profissionais do presente autor, o que condiciona de forma decisiva a metodologia adotada: a construção de uma narrativa histórica tendo como base os exemplos arqueológicos conhecidos da arquitetura romana.

À partida, esta metodologia conta com críticas, tendo sido já justamente apontadas as deficiências de que padece uma investigação que busca sistematicamente em Conimbriga os modelos explicativos para a evolução de outras cidades (Fabião 2010, 349-352) — e o presente autor já contribuiu com elementos relevantes para demonstrar isso mesmo, não só na medida da valorização dos caracteres particulares e excecionais de Conimbriga, mas também no que diz respeito a outros casos, que não são tipificáveis a partir de modelos “canónicos” (Correia 2013a, 363-364; id. 2016a).

Mas ainda assim, barrado o caminho de uma apresentação iconológica dos principais exemplos de arquitetura romana em Portugal, por se julgar tal exercício mais próprio de divulgação turística do que de exposição académica, a construção de uma narrativa histórico-arqueológica a partir de Conimbriga é incontornável.

## **A conquista romana**

Já se sustentou (Correia 2013a, 187-191) que importa estabelecer uma cesura cronológica em 136 a.C., data do fim da expedição de *Decimus Junius Brutus*, e que corresponde à integração de Conimbriga no orbe romano.

A data de 136 a.C. reveste-se de importância graças a um passo de Apiano (*Iber.* 73), a propósito de *Talabriga*. A cidade corresponde, verosimilmente, ao Cabeço do Vouga e, seja qual for a sua localização precisa, é a mais próxima cidade pré-romana ulteriormente transformada em capital de *civitas* a norte do Vale do Mondego e da área

de Conimbriga e Aeminium: constitui, em todo o caso um bom exemplo histórico para a situação de Conimbriga (Alarcão 1990b, 27).

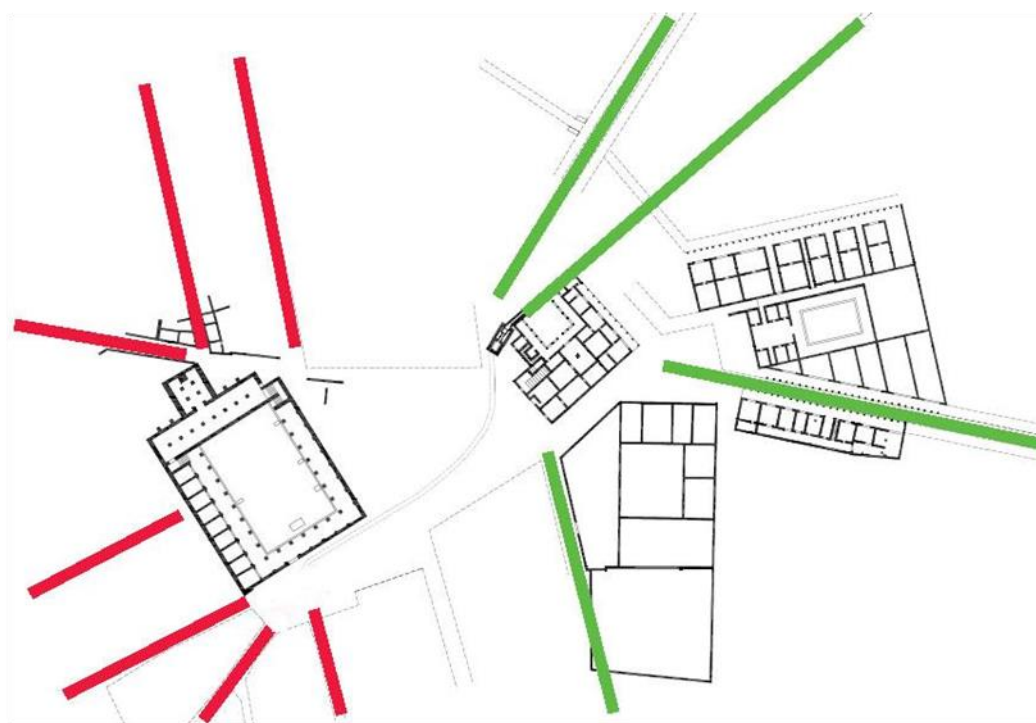
O parágrafo 73 das “Guerras da Ibéria” relata acontecimentos, ocorridos em 136 a.C., quando do regresso da expedição do *Calaiacus* que tinha atingido o *Lethes* (verosimilmente o Rio Lima; Alarcão 1990c, 348) de que o aspeto essencial é o de se mencionar inequivocamente a existência de propriedade pública dos indígenas.

É importante salientar neste contexto que está documentada em Conimbriga a sobrevivência das entidades gentilitárias de raiz indígena até datas plenamente imperiais (Etienne *et al.* 1976, n.º 15, 35-36 e n.º 11, 30-32. Cf. Correia & De Man 2010, 299-301), bem como a aparente sobrevivência de estruturas fundiárias a elas ligadas (Correia 2004c, 219 e 223-225; *id.* 2005, n.º 356); em suma, a sobrevivência dessa propriedade pública a que se refere o passo. Apiano descreve uma *redditio* (Weber 1994, 52-53) das partes privadas do território de Talabriga aos seus habitantes, depois de expropriar a propriedade pública (designadamente os bens móveis, a título de saque) a favor do estado romano.

Ora, a situação ocorrida em Talabriga em 136 a.C., com eco suficiente para ser destacada no relato que Apiano utilizou, pode ser tomada como paradigma da postura do conquistador nestas zonas marginais, pois o mencionado elemento de surpresa perante a aparente generosidade de D. I. Brutus só pode significar que esta generosidade não se qualifica como um ato *ex abrupto* frente a uma cidade inimiga (o que nada justificaria) mas sim como a manutenção de um *status quo*, estabelecido certamente em 138 a.C., que a rebeldia da cidade (plausivelmente contrastando com a fidelidade mantida pelas suas convizinhas) levaria a pensar ir ser terminado nesse momento devido a essa mesma rebeldia. Em suma, é possível que a campanha de 138-136 a.C. tenha, em toda esta região, assegurado a manutenção das estruturas de povoamento e de poder que os romanos encontraram, a partir daí colocadas sob a sua égide e sujeitas a *tributum*, sem que tenha havido a pretensão de intervir nas estruturas gentilitárias e proprietárias, com efeitos possivelmente muito sensíveis na manutenção a longo prazo do regime de *traditio* na gestão jurídica do território dos *oppida*.

Infelizmente, para Conimbriga e toda esta região, o período que se estende das campanhas do Galaico a Augusto é uma “idade das trevas” em que quase só a informação numismática está disponível (Pereira *et al.* 1974, 195-215; Ruivo 1997, 81-99 e 108-116), sendo muito escasso o conhecimento direto do terreno. Esta

informação numismática atesta uma rápida integração das estruturas locais na economia monetária romana.



**Figura 2** — Estrutura urbana pré-romana de Conimbriga (segundo V. H. Correia 2013a, fig. 92, p. 192, est. III).

Mas há dados esparsos significativos. Temos, por um lado, o caso do tesouro de Chão de Lamas (Correia 2016b), que mostra um importante conjunto de vasos e joias de prata, que foram ocultadas com moedas romanas cuja data limite é de 138, o que significa que essa ocultação é, muito possivelmente, contemporânea das perturbações causadas pela passeata militar do Calaico.

Há uma suposição básica de que a questão do uso da prata do IV c. BC em diante é o resultado de comunidades peninsulares a ser confrontados com um novo mundo mediterrânico, mudado drasticamente pelas conquistas de Alexandre, tanto nas realidades políticas como nas económicas, neste último caso devido às grandes quantidades de prata que o saque persa trouxe para o mundo grego (Correia *et al* 2013, 117; cf. Rostovzev 1941, 74-126).

Este é um *parti pris*, que estende às sociedades do Ocidente a narrativa tradicional do impacto helenístico em Roma e no Ocidente (Grimal 1975, 260-263; Rostovzev 1926, 5-6) com base nos mesmos argumentos que são usados para propor a existência de um “sistema mundial” tão antigo quanto a Idade de Bronze (para o

conceito Wallerstein 1990; cf. os estudos de M. Rowlands, K. Kristiansen e P. Brun publicados em Kristiansen & Jensen 1994).

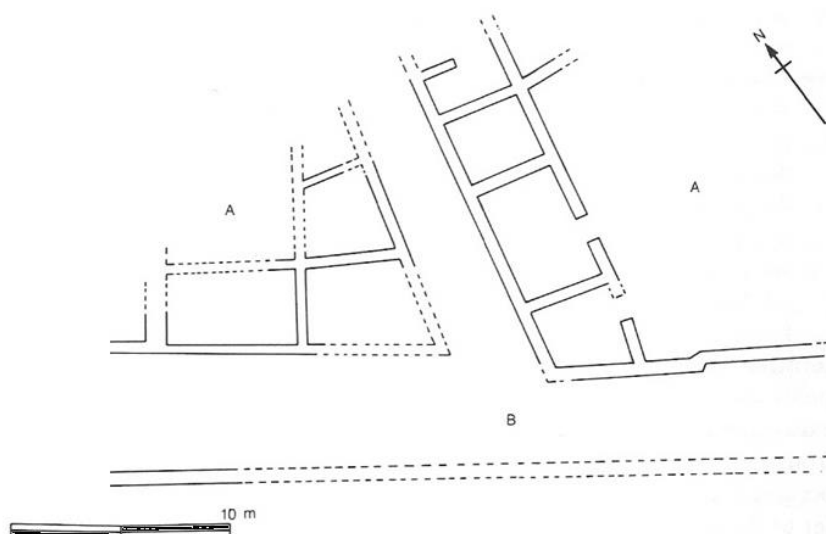
A partir do séc. IV a.C., o alargamento da *epicrateia* cartaginesa (Arteaga 2001, 235-238) na Península e os seus efeitos (principalmente tributos e recrutamento de mercenários) terão afetado decisivamente os equilíbrios locais. A exposição, direta ou indireta, às práticas típicas das aristocracias helenísticas (dos quais a família Barca é o exemplo mais ocidental; cf. Políbio *Hist.* VIII, 9 *apud* Grimal 1975, 358-359) e, muito provavelmente, o mero elemento narrativo do contexto dessas práticas (pelos recrutadores ou por mercenários regressados, por exemplo) pode ter desempenhado um papel dramático como elemento de mudança.

Quantos mercenários realmente regressaram nunca vai poder ser determinado, mas o impacto absoluto do seu recrutamento, e do enorme potencial que qualquer história sobre eles teria nos locais de origem, não deve ser subestimado (García y Bellido 1934, 2-16; Bosch-Gimpera 1966, 141-148; Goldsworthy 2009, 34-42).

A introdução da moeda, na forma de moedas de prata, como um fator tangível de uma economia superior, contribui para colocar em foco o problema social subjacente, que as ocultações de prata como a de Chão de Lamas testemunham: a impossibilidade das estruturas tradicionais de dominação social e política, com base no poder carismático de alguns dos seus indivíduos (Weber 2005, 25-32), de responder eficazmente à mudança (Correia 2000a, 420-421). Essa impossibilidade não tem a ver com o contacto com entidades externas (algo que as elites tinham mais de mil anos de experiência em acomodar), mas com as próprias circunstâncias em que as partes estabelecem a relação, abrindo o caminho para o passo histórico da romanização.

Do ponto de vista arqueológico, há evidências diretas da presença de comércio marítimo itálico que acompanha o destacamento de Décimo Júnio Bruto (Imperial 2010, 103-104), o que não pode ter deixado de ampliar o impacto da ocorrência militar, mesmo se é possível conjecturar não ser essa a presença comercial mais antiga na região.

E sabemos que nessas datas a arquitetura das povoações locais, como a própria Conimbriga, oferece já evidências de um desenvolvimento técnico e de preocupações urbanísticas que, muito provavelmente, são testemunho de influências mediterrânicas precoces (Correia 1995, 249; 2013, 237-240).



**Figura 3** — Habitações pré-romanas de Conimbriga (segundo V. H. Correia 1995, fig. 7, p. 249 [baseado em Alarcão & Etienne 1977, II, pl. 5]).

### **A intervenção augustana**

O programa político romano sob Augusto (cf. Brunt 2006, 96-109) está sumariado no discurso profético de Anquises a Eneias, proferido no Elísio, quando o filho visita o espírito do pai falecido (*Eneida* VI, 851 ss.; trad. Cerqueira *et al.* 2013, 170): «A ti, Romano, não o esqueças, cabe-te governar os povos com o teu poder. Estas serão as tuas artes: ditar normas para a paz, ser clemente para com os vencidos e submeter os soberbos pela força.»

Ora, a nível local, as sociedades conheciam, obviamente, a arquitetura de prestígio e a necessidade económica do dispêndio ostentatório a ela associado, mas não é evidente que, no período que mediou entre a expedição do Galaico e Augusto (136-26-a.C.), tenha havido uma adaptação progressiva das arquiteturas locais a uma situação social emergente mas, pelo contrário, a intervenção augustana — em Conimbriga, para seguir o exemplo condutor — parece ter-se inscrito na evolução histórica da cidade como um evento único e verdadeiramente transformador, espécie de “*coup-de-foudre*” a partir do qual tudo aconteceu para nada voltar a ser como dantes.

Um fenómeno de tal natureza só é possível no contexto de uma sociedade acostumada à relação com o exterior. Os habitantes de Conimbriga tinham, à época augustana, mais de meio milénio de contactos com as civilizações mediterrânicas e há

evidências que as elites de povoados congêneres eram especialmente hábeis em manipular em seu favor (senão de uma forma estritamente pessoalizada, pelo menos, em favor do *status quo*) realidade tão complexas quanto a cunhagem da moeda e o seu padrão (Correia 2004c, 267-270). Mas a transformação arquitetônica de Conimbriga na época augustana é um fenômeno de importância superlativa, testemunho eloquente das capacidades transformativas da política imperial nascente. É precisamente o mais de um século decorrido entre a “conquista” de Conimbriga, na sua aparente ausência de efeitos práticos, e a profunda transformação que a cidade sofre no período augustano, contrastando com o ininterrupto movimento de promoção da qualidade urbana (passe o anacronismo do conceito) que a cidade sofre a partir daí (pelo menos até 120/130), que atestam do impacto que a política augustana de substituição “do tijolo pelo mármore” (Suetônio, *Augusto*, 28.3 *apud* Cooley 2009, 182) teve no âmbito provincial. Augusto enfatizou ele próprio esse tema nas *Res Gestae* (Cooley 2009, 182-210) a propósito da *urbs*, mas o impacto do movimento nas províncias, através das capitais provinciais que copiam os modelos urbanos, e a partir daí nas pequenas cidades, foi qualitativamente distinto e mais importante.

As cidades provinciais, *specula urbis*, baseadas no paradigma do *castrum*, fruto da *immensa pacis romanae maiestas* (Boëthius 1960, 53), dão aos cidadãos e outros habitantes modelos arquitetônicos que, condicionando o cenário da vida, doravante urbana por excelência, conformam a prática social e as relações entre os indivíduos: as “normas para a paz” do passo da *Eneida* citado.

### **Os modelos forenses na primeira época imperial**

A situação descrita pode ser exemplificada de forma eloquente com a construção do *forum* de Conimbriga cerca de 10 a.C.

Seguindo a mais recente revisão de um problema que inclui pontos polêmicos e de discussão muito técnica (Correia 2013b, 353-362), pode sustentar-se que originalmente, na última década do séc. I a.C., teria sido construído um *forum* dotado de uma série de *tabernae*, a oeste, provavelmente fechado a leste por um simples pórtico (é duvidosa, por razões sugeridas pelo próprio terreno, a existência de qualquer edifício porticado neste lado do *forum* nesta data. Cf. Correia 2004b, 53). A norte abrir-se-ia uma basílica de duas naves com uma *cella* do lado norte, desempenhando o resto do espaço as funções basilicais que lhe eram próprias; de acordo com J.-C. Balty (1991, 298-314) a sala setentrional, mais que um *aedes Augusti*, foi a primeira cúria da cidade,

facto que não tem sido até aqui valorizado. Não são de sustentar os argumentos tipológicos de W. Mierse (1999, 90-91), pois o próprio paralelo aí indicado e descartado, o *forum* de Glanum, é muito importante (cf. Gros e Varéne 1984, 21-52), não sendo portanto de estranhar a existência de um *forum* sem templo nesta época (vd. Ruscino, Marichal e Barruol 1987, 45-54).

Configurado desta forma, é muito impressionante a coincidência da morfologia do *forum* com o estatuto e a própria genética da cidade: um *oppidum stipendiarium*, fruto de um movimento de *contributio* de várias comunidades indígenas locais num núcleo urbano de raízes muito antigas e cuja centralidade é também tradicional na região (Plínio, *Nat. Hist* IV.12.113 *apud* Alarcão *et al.* 1979, 242-243; Bendala 2004, 26-28; Correia & De Man 2010, 209-302). Basílica de duas naves e cúria são, neste momento, o cenário por excelência do exercício público do conjunto de notáveis dessas comunidades *contributae* que, se tecnicamente não são ainda um *ordo*, não deixarão por certo de funcionar como tal.

É também importante referir neste ponto a questão da própria implantação do *forum* no nascente centro urbano, nomeadamente no sentido de matizar a tradicional (e simplista) asserção de que o monumento se implanta no centro da cidade. Esta observação é válida apenas no contexto de uma análise atemporal e anacrónica (Correia & Alarcão 2008, 42-43).

À época da sua primeira construção, o *forum* de Conimbriga não se implanta no centro da área urbana. Não sendo certo que a muralha alto-imperial seja contemporânea da primeira intervenção de obras públicas na cidade (Etienne & Mayet 1997, 275-276; *contra* Correia 2004a, 268), mas independentemente deste aspeto, o *forum* tem uma implantação marginal entre a área de ocupação antiga, pré-romana, que é, para todos os efeitos, o núcleo urbano de época augustana (Correia & Alarcão 2008, 41 e est. VIII), e a zona de expansão que se virá a tornar numa espécie de *vicus novus* na cidade e que, nesse momento, é ainda uma zona de *insulae* não completamente construídas, que fossilizam os traços do cadastro rural de estrutura radial do que tinha sido a zona peri-urbana do povoado pré-romano (*Id. ibid.*, 41-42; vd. *supra* fig. 2).

Este facto sugere que, nesse momento, as estruturas religiosas desse povoado poderiam estar localizadas noutra ponto da aglomeração, provavelmente situado mais a Oeste, sendo possível que com esta localização se relacionassem as evidências epigráficas de culto a *Mars Neto* (Etienne *et al.* 1976, n.º 15, 35-36) que, a estarem

efetivamente relacionadas com um culto urbano dotado de estruturas templares, não podem ser atribuídas a nenhum dos edifícios conhecidos na área escavada da cidade.

Com este modelo de *forum*, por vezes dito “republicano”, coexiste um outro, centrado num templo de modelo clássico, que é o mais comum e paradigmático, de inspiração imperial, conhecendo um enorme desenvolvimento na capital provincial, Mérida, e outros exemplos, entre os quais avulta, em território português, o de Évora.

Estes templos estão dedicados ao culto imperial, sob expressões certamente variadas e nem todas bem conhecidas. E também em Mérida, o culto imperial a nível provincial vai criar um modelo que terá certo sucesso nas cidades provinciais: o santuário de modelo helenístico, o *sebasteion*, trazido para Roma por César, cujo modelo rege a melhor da arquitetura imperial na *urbs* durante dois séculos.

Mas, num momento inicial, a partir do impulso dado sob Tibério ao culto do *Divus Augustus*, as cidades adotam à sua dimensão e possibilidades as expressões desse culto. Isto explica em certa medida, pode acreditar-se, no que diz respeito às duas cidades melhor conhecidas, para além de Conimbriga, antes mencionadas (Mirobriga e Ammaia), a constatação de um *forum* de modelo “republicano” numa cidade de molde urbanístico pré-clássico, indígena, e de um *forum* de modelo “imperial” numa cidade de plano hipodâmico. Todavia, todas as simplificações devem, necessariamente, implicar um grau, a determinar, de distorção da realidade.

No caso de Conimbriga dá-se um fenómeno intermédio, nessa época. Assiste-se, na época de Cláudio, à instalação de um conjunto de estatuária imperial; este novo programa iconográfico explica a necessidade da remodelação cláudio-neroniana do *forum*, onde tem lugar a construção da basílica de três naves e de uma cúria. Terá sido a necessidade de espaço do culto imperial, que transforma a *curia* em *augusteum*, que terá feito excluir da basílica de duas naves o movimento cidadão em favor do recato próprio ao sagrado, com a consequente construção de uma basílica de três naves com tribunal no lado longo oriental do *forum*.

A evolução da investigação sobre a escultura da cidade tem vindo a contribuir decisivamente no sentido de suportar esta teoria. Recentemente passou a dispor-se de um estudo aprofundado dos restos estatuários da cidade (Gonçalves 2007) e de algumas importantes indicações de pesquisa sobre a sua interpretação (Nogales e Gonçalves 2004).

O conjunto pode definir-se como sendo composto por um retrato póstumo de *Divus Augustus*, reelaboração de um retrato de Calígula (Inv. MMC 67.387 e 67.388;

Etienne *et al.* 1976, n.º 1, 237-238; Sousa 1990, n.º 30, 19 e 68; Gonçalves 2007, n.º 2, 74-77; cf. Fittschen e Zanker 1985, 5 [n.º 3, n.5]), um retrato de Agripina Minor datável depois de 50, devido ao diadema (Inv. MMC 67.377 e 67.379; Etienne *et al.* 1976, n.º 2, 238-239; Sousa 1990, n.º 36, 21; Gonçalves 2007, n.º 8, 87-88; cf. Trillmich 1982, 110-113), uma estátua de um imperador divinizado, *Hüftmanteltypus*, datado alternativamente de meados do séc. I ou do período Tibero-claudiano — em suma, verosimilmente trata-se de Cláudio (Inv. MMC 67.425; Etienne *et al.* 1976, n.º 3, 240; Sousa 1990, n.º 37, 21-22; Gonçalves 2007, n.º 45, 155-158) e uma cabeça masculina, primeiramente identificada apenas como um jovem diademado do período nero-flaviano, recentemente identificada como um possível Nero jovem (Inv. MMC A336; Sousa 1990, n.º 38, 22; Gonçalves 2007, n.º 10, 91-92; cf. Massner 1982, 139-140).

É ainda possível colocar em relação directa a estátua-retrato de Augusto como magistrado e a dedicatória a *Divus Augustus* (Etienne *et al.* 1976, n.º 25, 51-52; Andreu 2004, n.º 80, 248-249). O essencial, no entanto, é a demonstração da instalação no *forum* de Conimbriga de uma galeria da *gens Augusta*, cuja conceção ou encomenda corresponde necessariamente aos anos entre 49 e 54.

Não estamos, tanto quanto é possível avaliar dos fragmentos extantes, perante uma série unitária de produção numa única oficina por uma mesma “mão”. Mas a iconografia não sugere que se trate de uma série paulatinamente construída na cidade, à mercê das vicissitudes político-familiares júlio-claudianas (como os casos paradigmáticos referidos em Gasperini 1999, 180-183), mas verdadeiramente se explica por uma “encomenda” unitária. Talvez a acumulação de peças de distinta produção se fizesse junto das oficinas emeritenses que, em segunda linha e após o fornecimento das galerias de maior qualidade destinadas aos monumentos da capital provincial, satisfariam com o remanescente os gostos menos exigentes das cidades mais pequenas e menos possidentes.

Esta galeria imperial faz eco dos programas instalados na capital provincial, que aí se repetem no teatro (Trillmich 1982, 109-126; *id.* 2005, 277-282) e na plataforma oriental do *forum* colonial (Álvarez & Nogales 2003, 271-277; com matizes, Peña 2009, 600-602), e são certamente fruto de um mesmo movimento propagandístico, verdadeiramente “agripiniano” (Trillmich 1993, 114-116; *id.* 2005, 282), mas que não dispensou a colaboração das elites locais, designadamente a dos augustais (Andreu 2004, 135).



**Figura 4** — A galeria imperial de Conimbriga. A – Cabeça de Augusto póstuma; B – Torso imperial divinizado, verosimilmente Cláudio; C – Cabeça de Agripina Minor diademada; D – Nero (jovem) diademado (Fotos: A e B, H. Rendeiro; C e D, D. Ferreira – Arquivo MMC/DGPC. Cf. V. H. Correia 2013b, fig. 5, p. 359).

Neste contexto, não é de estranhar a qualidade do modelo utilizado na nova basílica e cúria construídas em Conimbriga, que devem ter sido influenciadas pelas mesmas intenções propagandísticas da criação do *augusteum*, ao mesmo tempo que não deve levantar especial perplexidade, no contexto mais global de uma pequena cidade não especialmente privilegiada do ponto de vista jurídico-administrativo, a falta de qualidade arquitetónica e urbanística da solução encontrada. A tensão entre o movimento de integração no orbe romano desencadeado pela política de Augusto numa cidade como Conimbriga e as inevitáveis resistências inerentes ao seu próprio estatuto e localização geográfica periférica é o elemento fundamental do fluxo histórico que a cidade atravessa entre os finais do séc. I. a.C. e os meados do séc. I d.C.

Esta galeria imperial e o programa arquitetónico em que ela se integra representam, de alguma forma, a alternativa possível à cidade desprovida de um templo destinado ao culto da família imperial e é instalada no momento em que a cidade, no seu todo, assiste a uma profunda renovação urbana, com a quase completa substituição da arquitetura privada tradicional, construída em adobe, por construções de técnica romana, de pedra e argamassa de cal. Isto inclui já um módico de adoção de modelos técnicos e arquiteturais de qualidade, inspirados também nos modelos propriamente romanos, como aliás ocorre noutras cidades, como Braga (Correia 2011a; 2013, 226-226; n. p. c).

A importância deste período julio-claudiano na evolução das cidades do Ocidente da península dificilmente pode ser sobrevalorizado. Mesmo em cidades pouco conhecidas, como Collippo, alguns elementos estão aí a testemunhá-lo, como a conhecida cabeça de Minerva, recentemente reestudada (Correia 2014).

A representação de Minerva como Atena armada (a *Pallas Athena*) de Collippo, onde a deusa se representa com o armamento realizado em bronze aplicado sobre o corpo marmóreo, foi conhecida em Roma, *de visu*, desde a remodelação do templo de Apolo *in Circo* por C. Sosius em 33 a.C. (Lugli 1946, 536-542; Blake 1947, 158), como E. La Rocca (1996, 13-33) demonstrou. Nessa data, foi colocada no frontão do templo uma tal estátua, proveniente muito provavelmente do templo de Apolo Dafnéforo de Eretria, fazendo desse templo romano uma “mostra” de escultura grega de muito relevo (La Rocca 1985; Zanker 1990, 66-70; cf. também Hartswick 2004, 102-103).

Este tipo de representação de Minerva/Atena faz parte de um vasto conjunto de representações acrolíticas, com originais gregos espalhados por vários museus do mundo, representados emblematicamente pela chamada “*Athena Vogüé*”, do Louvre

(Inv. MA 3109), mas distingue-se delas pela existência de uma verdadeira estátua, decorada com acessórios em bronze, mais do que uma simples composição de vários elementos em diversos materiais, como os acrólitos típicos. A presença do conjunto estatuário grego original no templo de Apolo (doravante, Sosiano), em Roma, se constituiu em elemento de referência artística de relevo, independentemente do percurso político individual de C. Sosius — que provinha do campo de Antônio — e da sua relação com Octaviano. O regime augustano incorporou a intervenção como sua (Zanker *loc. cit.*; Gurval 1995, 116-119, esp. n. 73), beneficiando da dedicatória original por um Cn. Iulius; o templo de Apolo Sosiano ficou dessa forma fazendo parte dos programas urbanísticos da época do segundo triunvirato que marcaram a *urbs*. Está-se perante um caso — reputadamente raro — em que um modelo artístico com origem em Roma surge numa (pequena) cidade sem uma evidente presença na capital provincial, onde se supõem ter estado sedeadas as oficinas que alimentaram a edilícia pública (Nogales & Gonçalves 2004: 293-300).

Collippo já foi reconhecida como cidade particularmente beneficiada na época julio-claudiana, sendo aí muito importante a presença de *Tiberii Claudii* (Alarcão 1990, 26; Bernardes 2007, 117-118). A estátua de Minerva pode ter feito parte de uma intervenção arquitetónica e/ou urbanística associada (Alarcão 1993, 195-196).

Dada a relevância da intervenção propriamente agripiniana na importação dos modelos artísticos e ideológicos da época do segundo triunvirato para a Lusitânia, seria talvez a esse momento específico que a Minerva, inspirada no produto dos saques de C. Sosius, deveria ser associada; a dilação temporal entre modelo e produto não deve ser motivo de estranheza: um evidente conservadorismo faz, em certa medida, parte do próprio programa ideológico a ser implementado em datas cláudio-neronianas sob a inspiração da imperatriz e é também visível noutras expressões da arquitetura pública (Mierse 1999, 174-203).

Como J. Alarcão (2004, 269) já sugeriu, pode haver um movimento de larga duração entre o desenho dos programas urbanísticos e a sua efetiva implementação, estendendo-se ao longo de todo o período de Augusto a Cláudio-Nero, o que justificaria a presença, mesmo nas datas mais tardias, de referências a Agripa (Pensabene 2004, 184), a que todavia não deve ter sido estranho um intencional aproveitamento da sua própria genealogia por parte de Agripina.

Mas a situação original talvez tenha tido outras nuances. Sabe-se que, no início do reinado de Calígula, o seu legado C. Ummidius Durmius Quadratus promoveu um

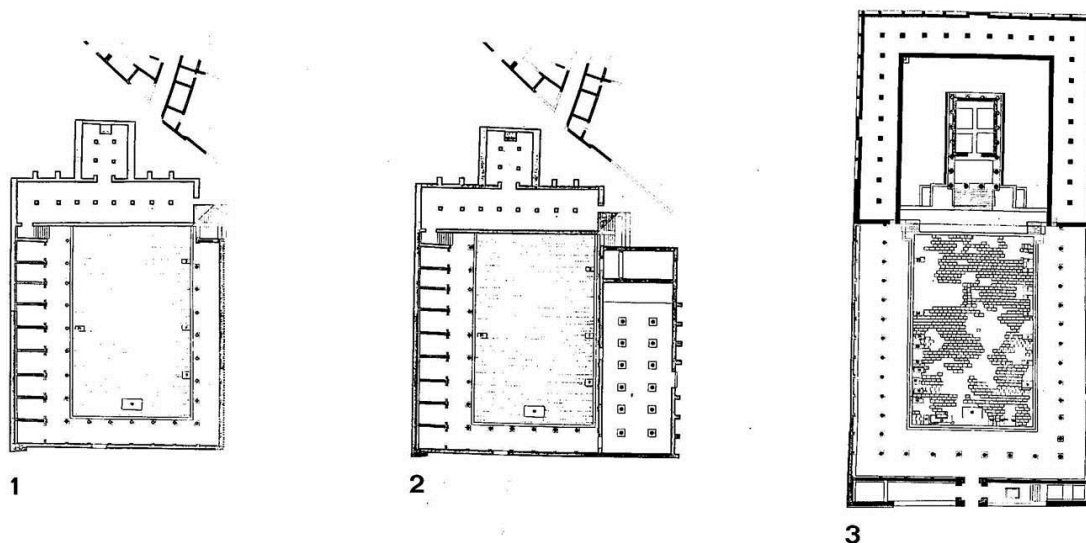
juramento de fidelidade ao imperador, de que sobreviveu a cópia dos Aricienses (CIL II 172=ILS 190; Encarnação 1984, 703-706). E que este juramento, e com ele a projecção da imagem da casa imperial, estava destinado a ter uma concretização palpável na paisagem urbana das cidades da Lusitânia é comprovado pelo facto de três dos “Augustos” póstumos conhecidos na província (Conimbriga, Sellium e Myrtilis) serem remodelações de retratos de Caio (Nogales & Gonçalves 2004, 326).

Para além disso, está a forma como a estátua de *Athena* do templo de Apolo Dafnéforo de Eretria, reinstalada no frontão do templo de Apolo *in Circo* (logo dito Sosiano) por C. Sosius, se constitui em modelo artístico para a difusão de uma mensagem imperial nas províncias.

A imagem de Minerva teria feito parte de um programa instalado quando Agripina, a Jovem, desempenha um papel crucial na afirmação da família imperial, nas suas múltiplas relações: descendente de Augusto; também de Agripa (o que seria relevante na Lusitânia); irmã de Caio (este ponto talvez menos eloquentemente afirmado); mulher de Cláudio e *de facto* tutora de Nero. Mas a concentração programática dos programas iconográficos imperiais neste momento, que é muito aparente em Mérida e em Conimbriga, talvez mascare um movimento de mais longa duração, de origem tiberiana, perturbado talvez por alguns aspetos mais extremos do principado de Calígula e que a casa de Cláudio, através da imperatriz, tenta minorar.

Será este problema explicável, única e simplesmente, pelo desejo latente dos notáveis locais (em Mérida, como em Collippo ou em Conimbriga) de emular a *urbs*? Cremos que não. Existiria em meados do séc. I d.C. uma consciência difusa, na sede do poder imperial, da necessidade de trazer a si e aí manter estas franjas do império e a consciência dos perigos incorridos com os excessos de Calígula era mais séria que o escândalo postigo de que mais tarde faz eco Suetónio.

E é neste conjunto de questões que importa colocar a evolução muito significativa que a arquitetura romana da Hispânia sofre a partir do período flaviano.



**Figura 5** — Os três momentos de evolução do *forum* de Conimbriga (segundo V. H. Correia 1999, fig. 4, p. 29 e 2013b, fig. 1, p. 354).

### **O período flaviano e a plena integração no mundo romano**

As datações arqueológicas que se podem propor para os grandes monumentos públicos conhecidos nas cidades romanas situadas em Portugal pouco mais precisas são, via de regra, do que “segunda metade do séc. I d.C.” e é um apriorismo historicamente condicionado que tais datações sejam normalmente interpretadas como testemunhos do impacto da promoção jurídica flaviana nos tecidos urbanos. A situação antes analisada acerca das possíveis translações programáticas ao longo do período julio-claudiano deve na verdade ser entendida como um alerta caucional para o facto de situações idênticas poderem ocorrer noutros períodos, porventura não sendo determinantes, para esses fenómenos, as situações dinásticas ocorridas na capital imperial. E que assim pode ser verifica-se também pelo facto de as galerias de retratos imperiais julio-claudianas terem sido reinstaladas nos fora remodelados no período flaviano (cf. Correia 2013b): o Império transcendeu a família que ocupou o seu centro.

Em Conimbriga, a intenção do arquiteto flaviano que traduziu a encomenda imperial e dos notáveis da cidade foi construir um recinto sagrado que enquadrasse o templo dedicado ao culto dos imperadores divinizados e da sua família (Alarcão & Etienne 1986).

A existência de um forum mais antigo, à volta de uma praça central onde já existiam alguns monumentos dedicados às personagens mais importantes da cidade, ditou a conservação deste elemento.

Os elementos essenciais do *forum* eram o templo e a praça frente a ele (a *area Martis*; Etienne *et al.* 1976, 40-42 n.º 19), que se rodearam de pórticos que, para além de abrigar os frequentadores dos rigores do clima, tinham também a missão de dar a estes elementos aquela *scaenographia*, que para Vitruvius se obtinha mediante a meditação — o esforço feito pelo espírito para obter o prazer de ser bem-sucedido na pesquisa de alguma coisa — e a invenção — que é o esforço do mesmo espírito para dar uma explicação nova a assuntos obscuros (Vitruvius I.2, 2 *apud* Etienne 2003).

O produto desta empresa intelectual em Conimbriga foi a redução de todo o programa arquitetónico do *forum* a um desenvolvimento geométrico, baseado em triângulos pitagóricos, a partir de um módulo de dez pés romanos, equivalente a 2,96m.

O *forum* mede 15,5 módulos de comprimento por 8 de largo. Do comprimento, 7 módulos são reservados à zona do templo, a praça ocupa o resto. O templo teria uma altura equivalente a três módulos: sobre uma largura de oito módulos, a zona central do alçado do *forum* era desenhado sobre dois triângulos retângulos correspondentes à proporção pitagórica de 3/4/5. Este esquema simples permitiu o desenho de todas as principais linhas construtivas, o que só pode ter contribuído para o efeito plástico produzido sobre quem entrava no recinto.

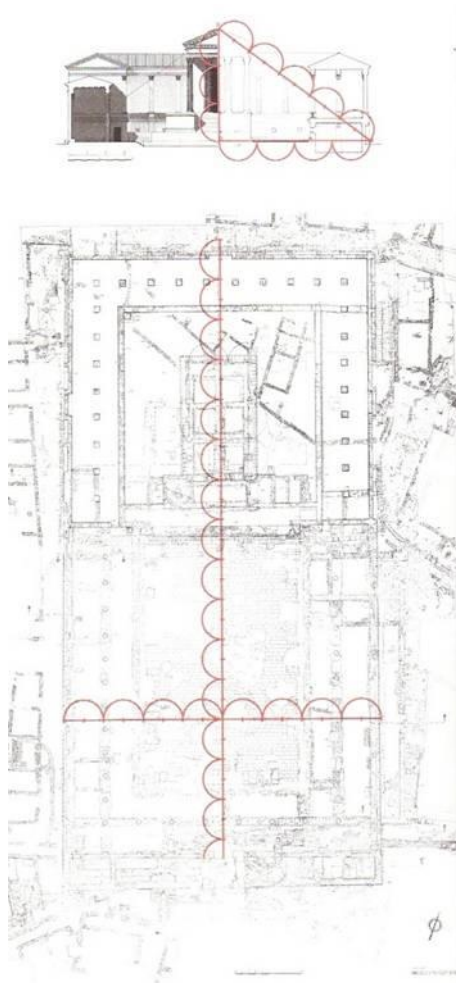
O programa arquitetónico do *forum* de Conimbriga pode analisar-se dividindo-o em três áreas funcionais distintas e uma quarta suplementar (o criptopórtico).

A primeira área, a entrada do *forum* de Conimbriga, foi imaginada como um arco quadrifronte adossado à entrada, permitindo o acesso desde a praça a sul do *forum*, dando passagem para os templete laterais e introduzindo os transeuntes no pórtico da praça frente ao templo.

A reconstituição desta entrada só pode ser conjectural, devido ao estado de profunda destruição das estruturas, de onde foram retirados todos os elementos de construção. Uma reconstituição possível poderia ser inspirada no arco quadrifronte de Capera (Cáceres. Nünerich-Asmus 1997), ainda que o “modelo” seja de data posterior, mas trata-se sem dúvida de uma iluminação retrospectiva com significado relevante.

Do lado direito da entrada do *forum* existiu um templete, cuja reconstituição padece dos mesmos problemas. Pode atribuir-se a esta construção um capitel de pilastra conservado no Museu Monográfico, sem referências de proveniência; este ditaria que os

templetes eram *in antis*. Do lado esquerdo, para além de um pequeno tanque quadrangular, cuja finalidade meramente utilitária ou votiva é desconhecida, outro pequeno templete, de que não existem hipóteses quanto à sua finalidade, elevava-se sobre três degraus. Uma destas pequenas construções deve ter sido dedicada ao Génio de Conimbriga (Etienne *et al.* 1976, n.º6), pois nesta zona se encontrou a pequena árula de calcário portando essa dedicatória.



**Figura 6** — O esquema regulador, pitagórico, do *forum* de Conimbriga na sua fase flaviana (segundo Jean-Claude Golvin, publicado em J. Alarcão & R. Etienne 1977, II pl. XVII e modificado em Correia 2003, p. 43).

A segunda área do *forum* era a praça central, herdada da fase augustana. O pórtico que rodeava a praça do *forum* por três lados, ainda que de uma dimensão inferior ao templo, como competia a um desenho hierarquizado do conjunto de elementos, em que a sua dimensão traduzia a sua importância era, todavia, uma parte importante e imponente da construção.

Construído na ordem coríntia, as bases áticas e os capitéis foram talhados em calcário, permitindo os elementos sobreviventes avaliar da grande qualidade do trabalho

escultórico. As colunas foram talhadas em tufo, conservando-se vestígios de um seu revestimento em estuque, que não se sabe se foi original ou se foi produto de uma fase de reparação das construções forais.

Nas paredes do fundo do pórtico, o ritmo das colunas repetia-se em pilastras quadradas, que suportavam um tecto de caixotões decorados por rosetas.

Entre a praça central e o pórtico estendia-se um passeio descoberto, que duplicava o espaço do pórtico, permitindo o que foi sem dúvida uma importante função do *forum*, a disponibilização de espaço processional, em ocasião de festividades religiosas, e de espaço de convivência e negócio, em regime diuturno; esta é, aliás, a principal função de qualquer *forum*.

A praça central propriamente dita manteve as suas dimensões desde a fase datada do reinado de Augusto, explicando esse facto algumas das questões levantadas a propósito da implantação urbana e do programa arquitetónico do *forum*.

Originalmente a praça tinha um simples chão de terra batida, mas a intervenção flaviana revestiu este com um pavimento de lajes de calcário.

Estas lajes respeitaram a existência de várias bases de monumentos honoríficos, vieram posteriormente a ser recortadas e alteradas na sua disposição à medida que outros monumentos foram implantados.

Entre os vários monumentos ressalta aquele de maiores dimensões localizado no centro do extremo sul da praça, alinhado no mesmo eixo da entrada do *forum* e do templo: tratou-se provavelmente de um altar dedicado ao culto público, e que se integraria na utilização processional do *forum* em algumas ocasiões do ano especialmente festivas.

Dos monumentos honoríficos, infelizmente, nada sobreviveu, senão evidências de que foram de dois tipos (considerando as plantas das suas bases): pequenos monumentos retangulares, verosimilmente bases de estátuas ou de colunas comemorativas; e monumentos de planta em  $\pi$ , que devem ter suportado conjuntos epigráficos mais complexos.

A terceira e fundamental área do *forum*, o templo, é infelizmente um dos elementos pior conhecidos do *forum*, isto porque, sendo aquele que se situava a uma cota mais elevada, foi aquele que mais sofreu com a erosão da zona. Não conhecemos nada dos seus muros, todas as estruturas estando conservadas abaixo do nível original dos pavimentos. Sobreviveram alguns elementos arquitetónicos, mas em quantidade insuficiente para a sua reconstituição completa. Faz-se todavia recurso à comparação,

sabendo-se que, até por razões religiosas, a arquitetura religiosa romana era profundamente conservadora, sendo invariáveis alguns dos seus elementos.

O templo era pseudo-períptero, com as paredes da cela decoradas por meias colunas adossadas, tendo tido provavelmente quatro colunas na fachada.

Acedia-se a esta fachada por uma escada ladeada por dois grandes blocos de construção, de planta quadrangular, que substituíram as usuais antas. Estes maciços suportaram talvez esculturas.

Nada se sabe do seu interior, ainda que seja hipótese admissível que aí estiveram as mais importantes peças de escultura imperial conhecidas na cidade, que para aí teriam sido deslocadas do *forum* mais antigo, para o qual terão sido encomendadas.

O templo era precedido de uma esplanada, rodeado por um largo espaço aberto e enquadrado por um *porticus duplex* elevado.

A esplanada do templo era um instrumento muito importante na delimitação dos espaços do *forum* e nos acessos entre eles, representava também uma forma de elevar visualmente o nível a partir do qual se desenvolvia a estrutura do pódio, evitando a demasiada visibilidade que este poderia ter (o que arruinaria o equilíbrio clássico das suas proporções). Mas a esplanada do templo corresponde também a uma das formas variadas através das quais na Lusitânia se desenvolveu uma forma específica de templo romano, cujo acesso não é nunca simples e axial, como na generalidade dos templos clássicos. Nesta região do Império preferiu-se sempre uma forma indireta de acesso ao templo, fosse através de escadas laterais, transversais ao eixo do edifício ou, neste caso, através de níveis diferenciados, fisicamente separados, da construção.

No caso de Conimbriga, esta esplanada substituiu a mais usual forma rostrata de acesso ao *pronaos*; por outro lado a esplanada impede o acesso ao *temenos* delimitado pelo criptopórtico, que é uma forma suplementar de destacar, isolando-o, o templo do culto imperial.

Entre o templo e as paredes do criptopórtico ficava um espaço de acesso vedado que aparentemente era coberto por um simples chão de terra batida, que se destinava a formar um espaço livre que concedesse ao templo, para além de um enquadramento visual que potenciasse o efeito dos pórticos circundantes, uma área de isolamento que obrigasse a focar na esplanada a circulação e atenção de quem frequentava o *forum*.

Enquadrando este espaço, o pórtico duplo que assentava sobre o criptopórtico era constituído por colunas de tijolo, estucadas, que criavam um ambulatório onde, a julgar pelos achados em escavação, se concentrava grande parte do aparato cénico e

religioso do *forum*, fragmentos de inscrições, de estatuária, objectos rituais, provêm da escavação do criptopórtico (para onde a deterioração das estruturas os arrastou) em quantidade sem paralelo na restante área escavada.

Era também notável o aparato decorativo desta zona, favorecido pela pintura exterior das paredes do criptopórtico, mas que aqui se multiplicava na cancela de pedra lavrada, na pintura das colunas e das paredes (de que sobreviveram escassíssimos fragmentos que não permitem restituição) e no pavimento de *opus sectile* em mármore branco e ardósia (Alarcão & Etienne 1977 pl. 99, n.º 7).

Por último, o criptopórtico é um dos mais importantes restos de todo o programa de construções; era todavia um dos mais discretos quando os edifícios funcionavam em pleno.

O arquiteto, para elevar o pórtico enquadrante do templo, contraponto do pórtico da praça, resolveu elevá-lo, torná-lo mais fundo e, para não perturbar a leitura focal do templo, reduzir a escala da sua arquitetura. Para isso criou um *cryptoporticus*, que rodeava por três lados o *temenos* do templo (Alarcão e Etienne 1973).

Tinha-se acesso a ele por pequenas portas, que diz bem do carácter meramente utilitário da sua existência (serviu talvez de armazém dos produtos distribuídos à população nas liturgias dos magistrados).

O seu sistema de cobertura era particularmente engenhoso, com um tabuado de madeira assente em peças talhadas em tufo, por sua vez encastradas nas alvenarias que formavam a base da construção. A nível superior, este tabuado (para o qual se seguiram talvez as complexas indicações de Vitruvius), suportava um pórtico duplo de igual planta.

Mas esta enorme ampliação do *forum* de Conimbriga implicou também uma profunda remodelação dos espaços envolventes. A criação de quatro ruas delimitadoras da insula foral, a sua repavimentação, as modificações obrigadas de alguns edifícios fronteiros, todos estes fenómenos concorreram à consagração da expressão “revolução flaviana”.

O avanço dos trabalhos arqueológicos noutras zonas da cidade permitiu identificar outros fenómenos contemporâneos desta “revolução”, contribuindo para uma mais exata definição da sua morfologia, natureza e impacto.

Com efeito, o programa flaviano incluiu pelo menos mais um edifício do que aqueles que lhe foram atribuídos pelas escavações luso-francesas: as termas da muralha. Tipologia arquitetónica e aparato decorativo concorrem em atribuir aos finais do séc. I e

a uma fase edilícia contemporânea do *forum* (os mármoreos são os mesmos; Correia & Reis 2000).

A construção destas termas implicou certamente a remodelação completa da insula situada atrás das lojas a sul da via. Numa escavação feita em 1999 (Correia 2004b, 273-277) verificou-se a existência de uma construção com soleira, de técnica romana portanto, que se situava sob o pórtico de entrada nas termas da muralha, mas com uma orientação discordante desse monumento. Trata-se portanto, de uma estrutura de data anterior, o que obriga a intercalar uma fase de construções romanas mais antigas, obedecendo a uma orientação cadastral distinta das *insulae* que conformam o urbanismo da época imperial plena. Quer as termas da muralha, quer a grande fase de construção da casa de Cantaber estão atribuídas ao período flaviano.

As variadas orientações dos muros das construções e das estruturas viárias levam a concluir que se está perante uma estrutura cadastral distinta, verosimilmente pré-romana que, em data flaviana ou imediatamente pré-flaviana, é erradicada em favor de uma reorganização urbana de intenção hipodâmica, que traça novas insulas perpendicularmente aos eixos viários fundamentais. Isso é feito de tal forma que se assegura a manutenção dos edifícios mais proeminentes, os primeiros a ser construídos em face das próprias vias, mas despreza outros mais marginais, demolidos para dar lugar a novas construções. Todavia, nem toda a estrutura cadastral é ignorada (não se trata de nada semelhante a uma *centuriatio*) pois, dentro das *insulae* delimitadas por esta nova estrutura urbanística, subsistem os velhos limites de propriedade, como nos revela o muro meeiro entre as casas da cruz suástica e dos esqueletos: as casas são ortogonais à via e sensivelmente paralelas na sua estrutura, mas são divididas por um muro oblíquo; neste caso, a divisão dos lotes anteriores à delimitação da insula sobreviveu como subdivisão dentro desta.

Também sondagens levadas a cabo em 1990 (*id. ibid.*) na porta da muralha baixo-imperial permitiram identificar a estratigrafia relacionada com a via lajeada nesta zona da cidade e, em resumo, o lajeado poderia datar-se, pelos materiais incluídos nas terras que o suportavam, no último quartel do séc. I, tratando-se em suma de uma obra flaviana.

Estes dados corroboram as observações feitas nas ruas envolventes do *forum* quanto à data da remodelação viária que (pela primeira vez?) cobre as vias urbanas com um *stratum* pétreo, quer quanto à associação entre esta obra urbana e a instalação de uma rede mais densa de alimentação a partir do aqueduto (designadamente, no que diz

respeito ao forum, com as fontes públicas localizadas a Sul e a Leste do monumento). Associada à observação feita quanto ao lajeado localizado na porta da muralha alto-imperial, a amplitude do projeto é bem demonstrada.

O mesmo se pode dizer da praça a sul do *forum*, cujos limites sul não foram indagados pelas escavações luso-francesas e apenas superficialmente estudados por escavações de Jorge Alarcão em 1977.

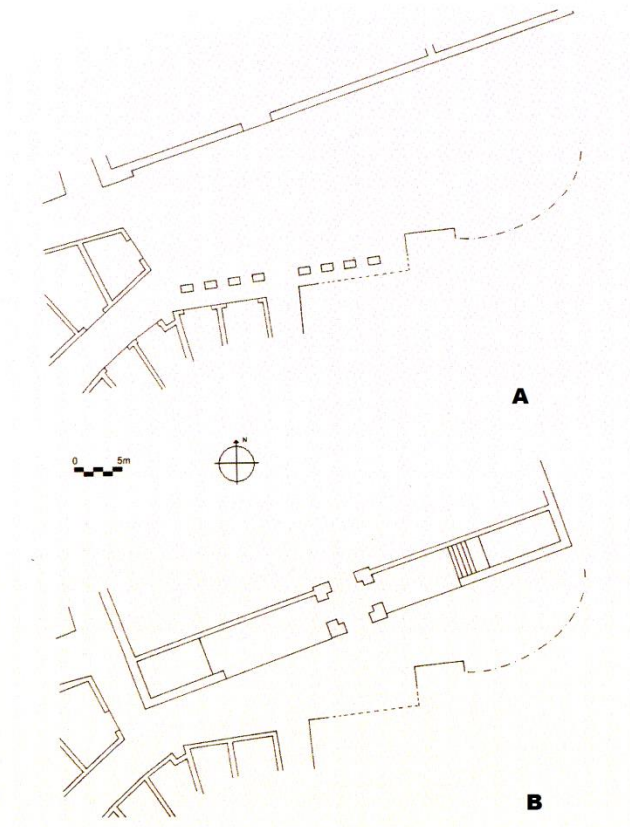
Entre 1995 e 1996, ainda que limitadas, as áreas escavadas permitem atribuir a construção das *insulae* e a constituição da rua da patera Emanuel a uma data claudiana (Alarcão & Etienne 1976, XV e XVI, p. 194-5). Alterações posteriores estão documentadas na insula da patera Emanuel (*id.* 34, 23-4), enquanto a sua destruição parece ter ocorrido numa data idêntica ainda que indeterminada (*id.* 42 e 43, 242-3).

Na casa de Andercus, localizou-se um pórtico de fachada, a que pertencem maciços detetados na escavação mais antiga e atribuídos, em planta, a eventuais construções anteriores (*id.*).

Este pórtico de pilares (a forma retangular dos maciços torna esta hipótese mais provável que um pórtico de colunas) estendia-se também pela fachada a norte da insula da patera Emanuel. Aí se localizaram dois outros maciços com idêntico intercolúnio, o que autoriza a reconstituição de uma construção de fachada homogeneamente ritmada, com uma única alteração, um intercolúnio duplo frente à própria rua.

A implantação deste pórtico não pode ter coexistido com o *forum* flaviano: a rua das termas tornar-se-ia demasiado estreita. É por isso plausível que o pórtico tenha sido demolido na obra flaviana, tal como foi encurtada a insula do vaso fático, para desimpedir a praça e a rua oeste do *forum*. Contemporaneamente, teriam sido fechadas as lojas da fachada norte da casa de Andercus.

Mais do que a simples construção de um monumento, é portanto de uma grande remodelação, propriamente de uma revolução, urbana de que se trata. E o elemento principal desta “revolução” pode bem ter sido a construção de um segundo *forum*, de natureza especificamente municipal.



**Figura 7** — A evolução da praça a sul do *forum*, em Conimbriga, ao longo da segunda metade do séc. I d.C.: A – período julio-claudiano; B – período flaviano (segundo V. H. Correia 2004a, fig. 15, p. 297).

O problema da substituição das funções forenses (Balty 1991, 618), pois trata-se realmente de um problema de historiografia jurídico-sagrada, ter-se-á resolvido dentro da grande reorganização urbanística da cidade, com a instalação de uma segunda zona forense (Correia 2009, 397-406), que é mais um eco local de um importante fenómeno que tem manifestações de grande fôlego em cidades de estatuto privilegiado (Jiménez 1998, 11-30). A deslocação da cúria no momento em que a cidade é elevada a município terá sido uma necessidade, mas como essa reconstituição, arqueologicamente conduzida, do processo urbanístico obrigar a admitir a deslocação de um edifício sujeito a *inauguratio*, estar-se-ia a postular a execução de um ato sacrílego.

A solução para este problema, que só o é aparentemente, é até geradora de perspectivas muito interessantes sobre a cidade e a sua administração: não sendo, durante o período cláudio-neroniano, a cidade *municipium*, o conjunto dos seus notáveis não é *de iure* um *ordo*, mas não mais que um conjunto de personalidades elegendo *magistri* para o governo da cidade (já sobre este aspeto Alarcão & Etienne 1977, 37), integrando-se o fenómeno na *aemulatio caesaris* que domina as preocupações das elites

locais. Nestas condições os seus edifícios cívicos, independentemente da qualidade do seu modelo arquitetónico e das funções políticas que neles têm lugar, não seriam *res sanctae* e, em rigor, a sua modificação ou realocização não acarretaria qualquer problema. Cúria e basílica não terão deixado de encontrar o seu lugar num novo *forum* e pode-se também especular quanto a uma outra transferência das funções cultuais de Marte desde uma outra localização urbana que não conhecemos para o *forum* central.

Reconduzir a questão à discussão de um programa flaviano comportando dois *fora* na cidade, sobreleva portanto o papel dominante da auto-afirmação das elites locais dentro do quadro jurídico-político oferecido pelo Império. Aqui reside o impacto mais decisivo da outorga do *ius latii* às populações hispanas por Vespasiano.

A apresentação circunstanciada dos aspetos arqueológicos do período flaviano numa cidade como Conimbriga, mesmo que repetitiva por relação a outros trabalhos científicos não é, no presente contexto, completamente ociosa. Serve como demonstração *a contrario*, de tudo o que não chegamos a conhecer em outras cidades, onde a investigação não pôde progredir em tantas frentes. Esta é, porventura, a forma de conciliar a inevitável preeminência que tem de se dar a Conimbriga nos estudos da presença romana em Portugal e as críticas metodológicas a essa preeminência que antes foram citadas (Fabião, *op. laud.*): no estado atual dos nossos conhecimentos, não há alternativa a olhar para os fenómenos conhecidos aí, mesmo que alerta para o facto de que, eventualmente, o crescimento dos nossos conhecimentos alhures venham a revelar-se distintos; para usar a expressão anglo-saxónica “*the devil is in the details*” — será nesse movimento de identificação de especificidades e variação dos “modelos” que o conhecimento poderá progredir.

### **A evolução do evergetismo para a *luxuria privata***

Em Conimbriga, as “Grandes termas do Sul”, elemento do programa edilício flaviano que se conclui apenas no reinado de Trajano, são o último grande edifício público civil na cidade. A partir daí o esforço construtivo concentra-se na arquitetura doméstica da elite, e designadamente nos aspetos decorativos dela, no que só pode constituir uma importante mutação das práticas sociais, que passam a desvalorizar o evergetismo, em favor da pura ostentação pessoal e familiar frente á sociedade em geral.

Os modelos artísticos da arquitetura doméstica de Conimbriga (Correia 2011, Correia 2013a) demonstram no entanto, uma continuada relação com a arquitetura imperial, e a forma como essa procura atinge o seu objetivo e a fidelidade com que os

modelos são seguidos e adaptados constitui em certa medida a característica original do próprio fenómeno urbano na cidade.

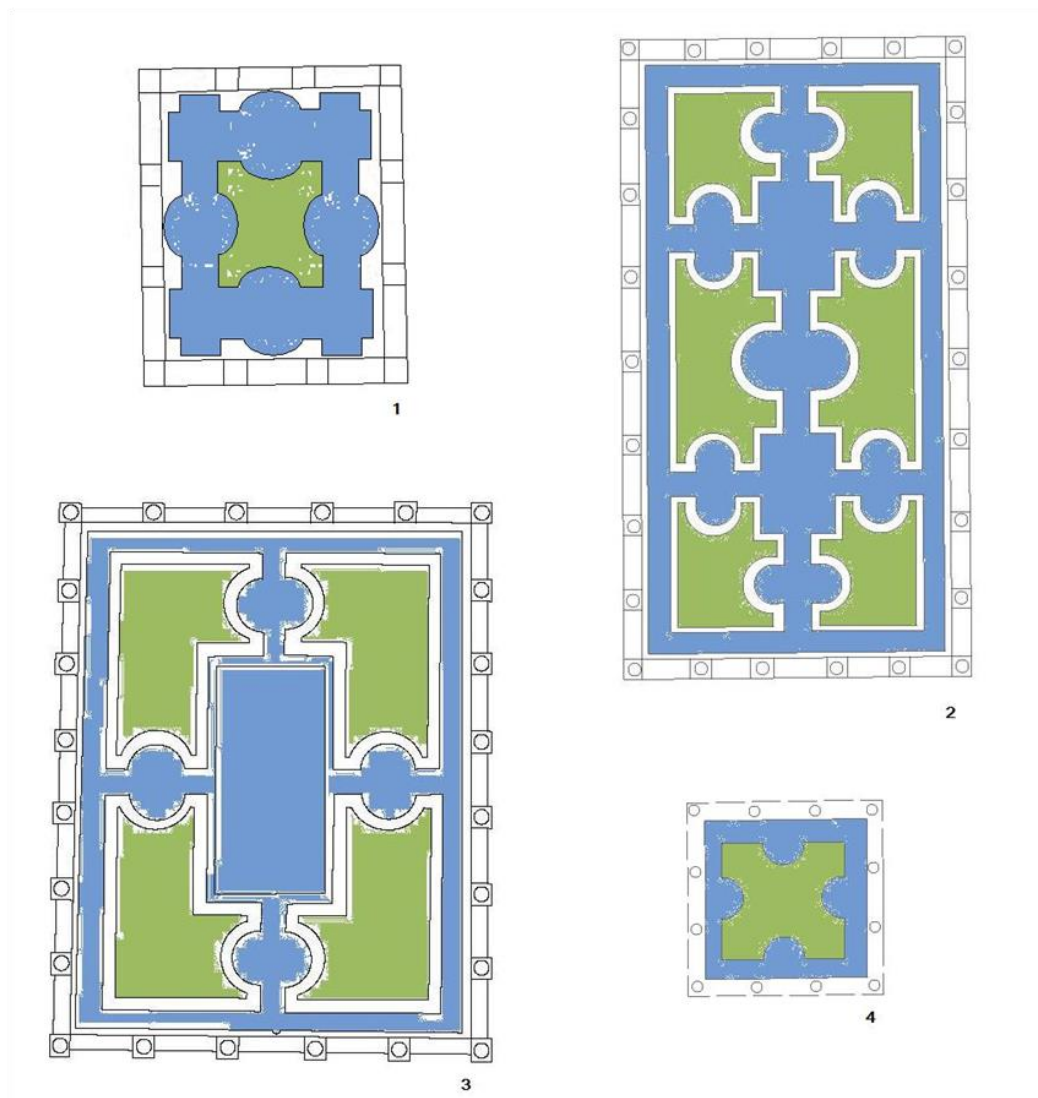
É especialmente assinalável o papel da *domus aurea* como inspiradora dos melhores exemplos de criação de uma arquitetura cenográfica, associando a perspetiva, o jardim e a água, no centro das residências principais e, depois delas, em outros edifícios de menor entidade, que marcam o “Wohngeschmack” (para usar a expressão de P. Zanker [1979, 460]) da aristocracia local.

Na segunda metade do séc. I, surge um elemento de grande significado na adoção em Conimbriga de modelos artísticos eruditos na arquitetura doméstica na cidade: os tanques que ocupam os peristilos centrais das residências, decorados por caixotões que suportam um jardim, decorados por jogos de água (Alarcão & Etienne 1981, 69-74; Reis e Correia 2006, 293-305). A teoria correntemente aceite é a de que este modelo tem a sua origem na *domus augustana* (Alarcão & Etienne 1981, 69-71, em especial n. 2; *id.* 1986, 130-132). O avanço das descobertas na própria *urbs* permite-nos corrigir esta ilação: a origem deste elemento cenográfico encontra-se no pavilhão do Esquilino da *domus aurea*, em pequenos peristilos laterais à estrutura que, no plano superior, coroava a sala octógona, sendo portanto de cronologia neroniana (Fabrini 1983, 169-185, em especial tav. I.).

Os dois principais exemplos da utilização deste dispositivo em Conimbriga são os peristilos centrais da casa de Cantaber e da casa dos repuxos. A casa de Cantaber é de datação genericamente flaviana (Correia 2001, 123-124), a remodelação da área central da casa dos repuxos datará de Adriano (em último lugar Correia 2004a, 54-55). A evolução cronológica corresponde ao barroquismo evidente do segundo exemplo frente ao primeiro, ainda que ambas as criações respeitem ainda o princípio do desenho elegante do modelo neroniano, dando uma explicação genética mais coerente do que o paralelo da *domus augustana*, que, neste sentido, é apenas um outro exemplo das lições que Rabírio retirou do mesmo precedente que inspirou o ignoto arquiteto de Conimbriga (Fabrini 1983, 181 e em especial 184, n. 37). O exemplo da *domus aurea* terá podido ser apreciado *de visu* até 104, data da construção das termas de Trajano (*id. ibid.*, 169), pelo que a cronologia da transmissão destes elementos pode ter sido estendida.

Outro elemento arquitetónico de grande relevância na criação da personalidade e na evolução artística das residências de Conimbriga é dado pelo peristilo sudeste da casa de Cantaber e o implúvio lobulado que foi criado no seu centro. As quatro salas do conjunto que o rodeiam eram abertas para o exterior por várias portas e janelas, criando

um ambiente de pavilhão de jardim que foi certamente procurado de forma muito intencional e que justifica a sua designação como *diaetae* (Zanker 1993, 182-183). O seu paralelo artístico é pompeiano: a remodelação de época imperial do peristilo n.º 32 e dos *oeci* n.º 33 e 34 da casa de Salústio (reg. VI, 2, 4). Mas é possível que a origem do modelo se encontre na casa de *Trebius Valens* (reg. III, 2, 1), no *oecus* instalado no topo de uma ala do peristilo interior.



**Figura 8** — Os tanques dos peristilos centrais das casas de Conimbriga e o seu modelo na *domus aurea*:  
 1 – *domus aurea* (baseado em Fabrini 1983, tav. 1); 2 – casa dos repuxos, peristilo central; 3 – casa atribuída a Cantaber, peristilo central; 4 – casa dos repuxos, peristilo A40 (segundo V. H. Correia 2013, fig. 111, p. 228 e est. VII).

Outro elemento arquitetônico de grande relevância na criação da personalidade e na evolução artística das residências de Conimbriga é dado pelo peristilo sudeste da casa de Cantaber e o implúvio lobulado que foi criado no seu centro. As quatro salas do conjunto que o rodeiam eram abertas para o exterior por várias portas e janelas, criando um ambiente de pavilhão de jardim que foi certamente procurado de forma muito intencional e que justifica a sua designação como *diaetae* (Zanker 1993, 182-183). O seu paralelo artístico é pompeiano: a remodelação de época imperial do peristilo n.º 32 e dos *oeci* n.º 33 e 34 da casa de Salústio (reg. VI, 2, 4). Mas é possível que a origem do modelo se encontre na casa de *Trebius Valens* (reg. III, 2, 1), no *oecus* instalado no topo de uma ala do peristilo interior.

O *impluvium* lobulado do centro deste conjunto da casa de Cantaber é porventura um dos elementos demonstrativos de um dispositivo decorativo de maior sucesso desta arquitetura cenográfica. Tem outros bons exemplos pompeianos, na Casa de Meleagro ou na *villa* de Diomedes, foi muito popular no ocidente do Império, quer na Península, em Elche ou em Itálica, quer, de forma algo modesta na própria Itália, como em Ostia, quer, sobretudo, no Norte de África, com, por exemplo, seis exemplos em Volubilis, e o seu sucesso foi o suficiente para que esse tipo de composição se tenha transposto para outros dispositivos arquitetônicos, como na Casa das Colunas de Saint-Romain-en Gal, e mesmo para o domínio da topiaria, em locais tão distintos quanto Pompeia ou Fishbourne.

Devemos a I. Morand (2005, 86-89) a associação deste elemento aos caixotões ajardinados no centro dos implúvios e a sua atribuição a uma difusão do modelo de animação arquitetónica dos volumes e planos utilizado nos chamados banhos de Livia, no Palatino (Morand 2005, 90-91; na verdade uma estrutura também ela associada à *domus aurea* (cf. Coarelli 1980, 178). Mas também aqui o avanço da investigação aduz novos e melhores exemplos imperiais que podem ter servido de modelo artístico para as realizações conimbrigenses (em especial o peristilo da *domus Gaii*, cf. Gros 2001, 242), na mesma medida que testemunham a longa sobrevivência dessas criações.

Um terceiro elemento significativo da arquitetura residencial de cariz erudito de Conimbriga, os *triclinia* abertos por janelas que fazem face a tanques ou peristilos, partilha as características traçadas para os *impluvia*: um modelo palatino, exemplos pompeianos e uma difusão pouco numerosa mas significativa na Península Ibérica e no Norte de África, ainda que, logicamente, um elemento que se manifesta sobretudo em

alçado seja de mais difícil identificação e interpretação no registo arqueológico, devido a questões de conservação.

Os dois exemplos conimbrigenses aparecem também eles na casa de Cantaber e na casa dos repuxos. Na primeira, o grande triclinio abria-se por três janelas para outros tantos espelhos de água; na segunda, só uma janela é segura, aberta na parede fundeira, que lhe daria vista sobre o tanque periférico e o jardim além dele.

O referido modelo palatino é constituído pelo triclinio principal da *domus Flavia* (Finsen 1969, pl. 1; Gros 2001, 252-260) rodeado de dois pequenos pátios abertos (onde se repetiram os arranjos de caixotões ajardinados que já foram abordados). A solução, que é preñhe de possibilidades, tem as suas melhores manifestações nos exemplos pompeianos, nomeadamente a *exaedra* da *villa* dos mistérios e uma alcova da *villa* de Diomede. Manifestamente, trata-se de uma solução de potencialidades diminuídas na ausência de grandes expansões espaciais circundantes, daí a sua raridade em ambientes urbanos constrangidos, a que o *vicus novus* de Conimbriga faz exceção. Mas o modelo encontra-se também em ambientes urbanos peninsulares (Ampurias, Itálica), ou num ambiente rural como a Abicada, e encontra-se também no Norte de África, em Hadrumetum.

Estes três elementos — implúvios ajardinados, peristilos centralizando *diaetae* e salas abertas por janelas — constituem como foi visto um *continuum* em que cada um deles é indissociável dos restantes pela sua utilização consistente e conjunta. É também notavelmente coesa a sua origem histórico-artística: partilham todos a sua pertença ao programa imagético da *domus aurea*, independentemente de o conhecimento atualmente disponível colocar um pouco mais de ênfase nalguma origem mais longínqua do modelo ou, pelo contrário, nas suas manifestações algo mais tardias. Mas é esse elemento de uma filiação num modelo imperial de grande impacto que deve ser valorizado enquanto verdadeiramente caracterizador do que foi a busca dos construtores locais de uma imagem erudita e prestigiada no próprio centro do Império.

Há portanto um elemento de interpretação do valor social deste fenómeno, de encontro entre as aspirações de uma elite local e a projeção de uma ideia imperial cuidadosamente elaborada, cuja repercussão em Conimbriga foi suficientemente grande como para dar a indicação de que este elemento da “romanização” da cidade não se pode ter ficado pela adoção dos modelos arquitetónicos e construtivos, teve certamente de incidir também no próprio conjunto de práticas sociais de que a arquitetura doméstica é cenário.

E uma revisão, mesmo sumária, dos (poucos) exemplos de arquitetura doméstica nas cidades romanas em território português (Correia n. p.) mostra a multiplicação destas situações.

É o caso de Mértola, onde a perspicácia dos investigadores (Rafael & Lopes 2007, 490-496; Lopes 2012, 56-59) permitiu interpretar estruturas que mostram, a um lado, um interessante implúvio, com pórticos mistos, onde as colunas do canto foram substituídas por pilares restando duas colunas dividindo os três tramos de cada ala. O paralelo arquitetónico mais próximo do peristilo com pilares de ângulo encontra-se num edifício a que a aparência geral da casa romana de Mértola não é estranha: o Castelo da Lousa (Alarcão *et al.* 2010, 40). Pode estar-se perante um recurso meramente da prática construtiva, comum na construção em xisto, mas parece mais provável que se trate realmente de um dado significativo do domínio das escolhas técnicas e artísticas, no âmbito de uma construção de raiz itálica, apurada mas não especialmente erudita ou refinada (Moret 2004, 24-27).

Em Abelterium, já indiscutivelmente identificada com Alter do Chão (António & Encarnação 2014, 39-42) e com o sítio arqueológico do Ferragial de El-Rei aí existente (Alarcão 1988, 150, n.º 6/118; António 2014, 6-9), conhece-se uma extensão, significativa mas muito parcelar, de uma grande residência. O centro da área escavada é um *triclinium* mosaicado, que mostra o padrão T+U típico destas salas (Dunbabin 2003, 39-46; Correia 2013, 260-263); o quadro figurado (na base do tronco do T) mostra, em posição normal para os convivas do *lectus medius* (António 2015a, 47, fig. 13) um mosaico figurado de grande qualidade representando Eneias (Caetano & Mourão 2011, 205-220) ou Alexandre (António 2015b, 52-71); a parede do fundo do *triclinium* abre-se por janelas para um *viridarium*, um arranjo, conhecido em Mérida, por exemplo, na Casa do Anfiteatro (García 1966, 25-27; Sánchez & Nodar 1997, 367-386; Corrales 2014, II 1242-1321, n.º 163).

A Casa de Medusa mostra, sobretudo, a configuração de uma residência aristocrática de qualidade, com referências artísticas de grande erudição, provenientes certamente de Mérida, onde se encontram os únicos exemplos comparáveis de arte musiva: o “mosaico cosmológico”, de provável origem oriental (Quet 1981, 197-200), cuja ligação a Abelterium é também reforçada pelas afinidades técnicas dele com o mosaico da Casa do Anfiteatro (Quet, *loc. cit.*, em especial as n. 797-798) onde se identifica o paralelo arquitetónico referido. De ressaltar será, todavia, a capacidade de

uma pequena cidade provincial reter uma tal *familia*, nas proximidades da capital que tenderia naturalmente a absorve-la no seu meio social próprio.

Duas cidades nos extremos da área considerada, Mirobriga e Tongobriga, mostram ainda o mesmo fenómeno de difusão de modelos estandardizados a funcionar.

A arquitetura doméstica de Mirobriga, referenciada desde as primeiras escavações (Almeida 1964), não tem estado no centro das preocupações da investigação (Barata 1998, 85-87 e 94-97), apesar de algumas observações pontuais (Barata 1999, 51-67), mas está em curso um projeto de investigação de que se conhecem resultados preliminares (Teichner *et al.* 2014, 1122). Estes resultados são significativos pela demonstração da existência de um plano de casa com cerca de 200 m<sup>2</sup>, à volta de pequenos peristilos centrais, talvez com 2 por 3 colunas (contando duas vezes as dos cantos) apenas, que parecem representar 4 das 7 residências identificadas (Teichner *et al.*, *loc. cit.*).

Já o conjunto de habitações de Tongobriga (Dias 1997, 77-78; *id.* 1999, 84; *id.* 2011, 707-709; *id.* 2013, 117; Rocha *et al.* 2015 89) revela a utilização de um significativo conjunto de dispositivos usuais da arquitetura doméstica romana com destaque para a utilização da *exaedra* como espaço de representação (Alarcão 1985a, 57-58), ladeada pelo *cubiculum cum procaenum* como espaço privilegiado de permanência do proprietário (Riggsby 1997, 36-56; Teichner 2008, 475-478; Correia 2013, 255-271), em casas estruturadas sobre as mesmas entradas em guilhotina o que, no extremo noroeste da *Tarraconensis* é muito significativo, por demonstrar a contemporaneidade de algumas modas em toda a província e para além das fronteiras provinciais (para os peristilos modulados 2 x 3, cf. Moreno *et al.* 2011, 928, para o caso de Pollentia).

E podemos encerrar este ponto com o caso de Braga, que ofereceu a planta completa de um significativo edifício, a insula das Carvalheiras (Martins 1999, 64-66; 2000, 66-67), que ocupa na íntegra um módulo urbano de um *actus* (120 pés) quadrado e cujos melhores paralelos se encontram documentados na arquitectura dos *macella* representados na *forma urbis marmorea* (vg. fragmentos 554 Stanford e 574ab Stanford: Najbjerg 2016, *s.v.*).

O essencial deste fenómeno social, como se tentará demonstrar, reside no facto de, primeiro, ter lugar uma adoção destes modelos de alto nível num estrato muito rarefeito, económica e culturalmente, da sociedade local: concentram-se em apenas duas residências todas as evidências de uma adaptação direta dos modelos ao longo do tempo

— situação que ocorre também com outras características destas arquiteturas. Em segundo lugar, é lícito sustentar que, para além da obra pública, que programaticamente é mais contida no tempo e no espaço urbano atingido, são estas construções privadas que asseguram a transformação da atividade edilitária de algo episódico numa verdadeira “fileira” económica (passe o anacronismo do termo). É esta situação, por sua vez, que permite uma completa abrangência dos movimentos de renovação urbana a todos os espaços domésticos, mesmo aqueles de baixo nível social. E, por último, é o elemento de popularização do conjunto de técnicas e modas artísticas, por um lado, e das práticas sociais associadas à nova arquitetura, por outro, que cria uma situação de competição social latente, manifestada na ansiedade pela ostentação de um estatuto privilegiado, que explica a evolução ulterior da arquitetura doméstica da cidade, quando a competição social acontece dentro de um estrato social progressivamente mais alargado de indivíduos, beneficiando da cidadania outorgada pelo *ius latii* aos que percorrem o *cursus* local (Encarnação & Correia 2012, n.º 444).

### **A arquitetura como elemento de romanização**

Os contextos sociais da arquitetura ganham relevância, como elemento de competição, entre cidades, por um estatuto jurídico-político privilegiado, em datas mais antigas; dentro de cidades igualizadas pelo *ius latii*, entre classes de pessoas, que lutam por estatutos sociais relevantes, a partir da época flaviana. Num e noutra caso, numa e noutra época, essa competição ocorre provavelmente em função de uma competição económica subjacente. A sua especial importância para a romanização tem a ver com o facto das manifestações da arquitetura, da privada na esteira da pública, terem implicado uma radical transformação dos métodos construtivos no Ocidente, criando necessidades agudas de prover as cidades com materiais de construção em quantidade e qualidade.

Tais necessidades levam ao nascimento de uma “fileira económica”, que abrange a pedra, a areia e a cal, a produção de materiais cerâmicos de construção e uma gama larga de novas técnicas de engenharia (os madeiramentos de cobertura, as artes decorativas da pintura e do mosaico, a engenharia hidráulica).

Num caso como o de Conimbriga, o surto de construção, ao longo de todo o séc. I, levou à radicação de uma indústria de construção, vocacionada para responder às solicitações de um mercado em procura constante.

O fabrico de materiais cerâmicos de construção foi a atividade subsidiária da construção que deixou um mais sólido conjunto de vestígios arqueológicos, não só pela

óbvia sobrevivência do material, e a sua realidade pode ser tomada como paradigmática. Estão documentadas em Conimbriga várias marcas de oficinas produtoras de materiais cerâmicos de construção e também vários antropónimos gravados na argila fresca, que demonstram a multiplicação, no âmbito do território da cidade, de unidades produtoras. A produção destas oficinas abasteceu a cidade e também as vizinhas: o carácter verdadeiramente regional desta atividade fica por isso bem demonstrado por este elemento particular.

Este carácter regional favoreceria a especialização e o desenvolvimento das capacidades de intervenção dos *redemptores*, formados na obra pública e logo operantes na obra privada, em programas técnicos complexos.

Do mesmo modo, o desenvolvimento de uma rede de abastecimento hídrico a toda a cidade, entre os meados do séc. I e os inícios do séc. II, representa uma área de interação entre a obra pública e a obra privada no período que é também o de maior florescimento de uma e outra, individualmente consideradas, ou seja, contribui para o crescimento exponencial da dinâmica global da atividade edilícia na cidade, de uma forma não negligenciável.

E ainda na mesma dinâmica se inscreve a decoração das principais residências, a consistência da atividade dos mosaicistas de Conimbriga ao longo dos séculos II e III. A renovação dos programas pictóricos facilitou certamente a difusão de modas que, combinadas com taxas de sobrevivência e resistência ao uso distintas, permitem afirmar que a variabilidade da decoração pictórica era sensivelmente mais significativa que a decoração musiva.

Esta dinâmica da atividade edilícia favoreceu a concentração de vários dos seus ramos nas mãos de indivíduos empreendedores, que diversificaram os seus campos de interesse, certamente na busca de uma mais larga gama de oportunidades na obtenção de proventos. O caso conimbrigense de *Maelo* é o que melhor se documenta.

Deste nível superior de intervenção urbana (e de aquisição de conhecimentos técnicos e artísticos), a atividade estendia-se a empreitadas de menor monta, nas obras de dimensão mais modesta, por onde todavia percolavam conhecimentos e modas, dando resposta a solicitações de vária ordem e ambições de toda a espécie, assim se fazendo uma cidade romana.

Mas o aspeto mais relevante para a evolução cultural das cidades foi, em primeira linha, a criação *ex nihilo* de uma área de atividade económica, diretamente ligada ao contributo técnico romano, com um significado indesmentível no

aparecimento de um estrato populacional de estatuto não muito elevado, mas rapidamente adaptado às práticas romanas, adaptação que se estenderia, inclusivamente às práticas jurídicas que regulam relações de trabalho. Isto tornou a área económica da edilícia um veículo privilegiado da transmissão cultural e da adoção pelos locais da cultura romana.

Esta adoção passou, em grande medida, pela inovação artístico-arquitetónica a partir de modelos de grande erudição encontrados no próprio coração do Império.

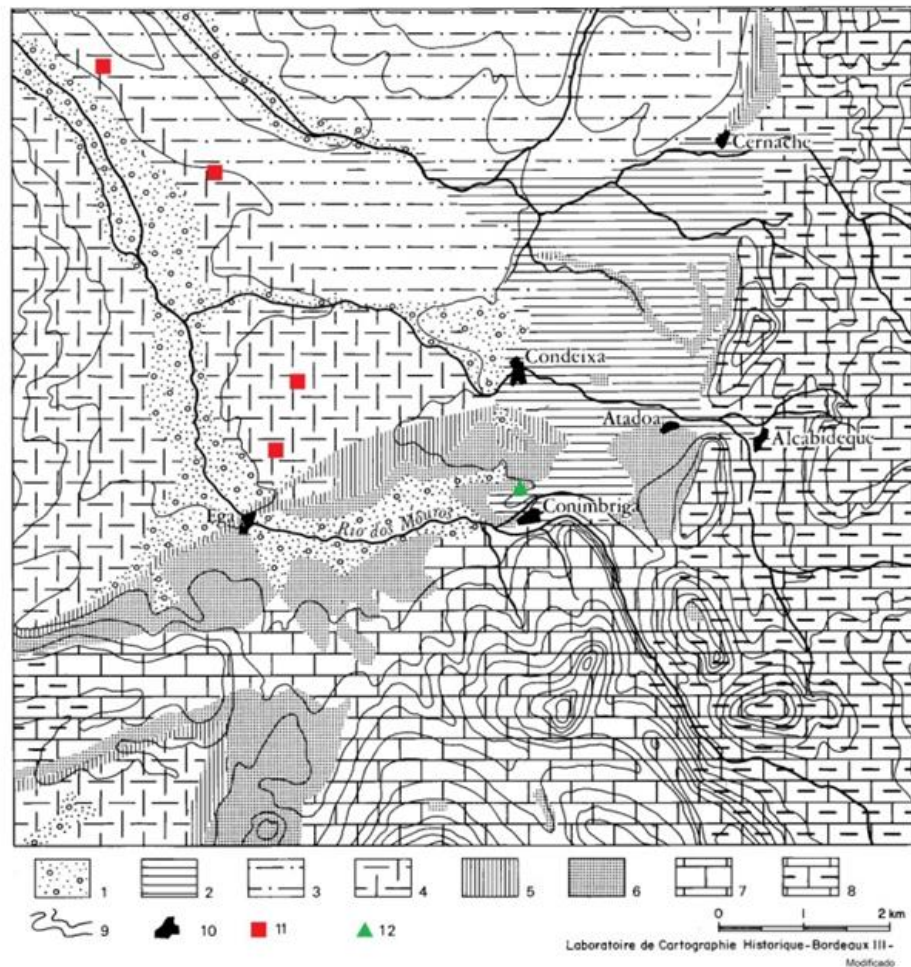
Há, neste fenómeno, o valor social do encontro entre as aspirações de uma elite local e a projeção da ideia imperial. A sua repercussão foi suficientemente grande como para dar a indicação de que este elemento da romanização da cidade não se pode ter ficado pela adoção dos modelos arquitetónicos e construtivos, e certamente que incidiu também no conjunto de práticas sociais de que a arquitetura pública, primeiro, e, depois, a doméstica são cenário e estabeleceu um modelo local pelo qual se regeu a subsequente competição pelo estatuto social.

Esta competição por um estatuto social e cívico, representado sobretudo na arquitetura doméstica e, muito possivelmente, o estrato populacional emergente dos indivíduos ligados à própria área económica da construção, levou a que, com resposta erudita e aristocrática dada às necessidades de arquitetura de prestígio, passassem a coexistir soluções arquitetónicas populares, sem pretensões e de raiz indígena, mas de técnica romana.

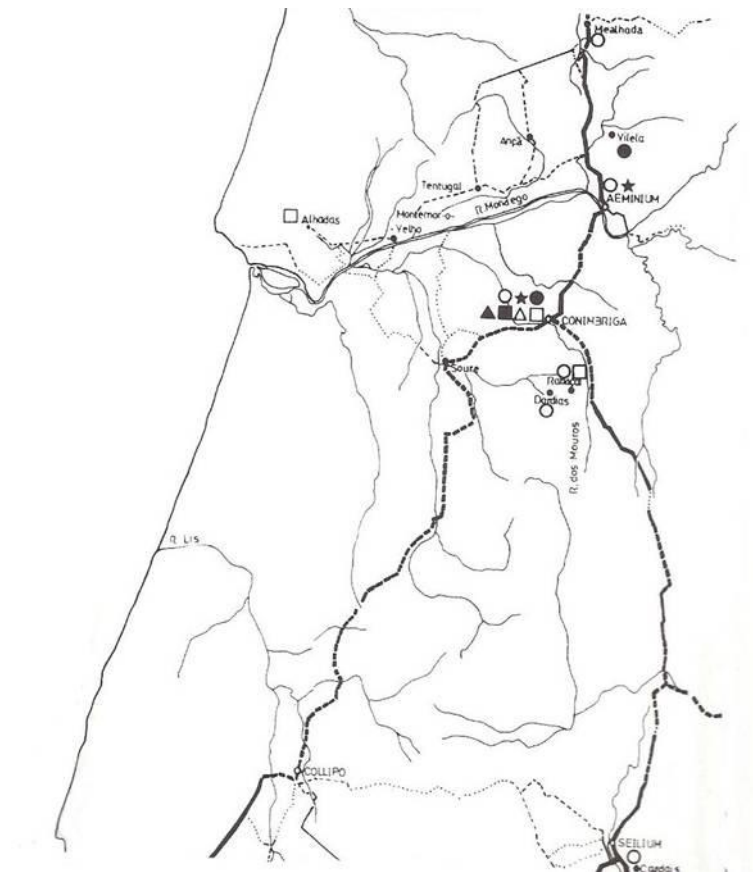
A combinação de todos estes fatores conduziu, no caso de Conimbriga, em cerca de meio século, à completa reconfiguração de um povoado de raiz indígena no molde de uma cidade romana. Não conhecemos com igual pormenor os fenómenos ocorridos em cidades criadas *ex-nihilo*, ou onde modificações de estatuto jurídico-político tenham sido mais profundas do que em Conimbriga, mas também nestas o contributo demográfico indígena terá sido substancial, leia-se dominante, e o aspeto central da forma como a nova prática habitacional, testemunho de uma estrutura ideológica propriamente romana, se implanta nessas comunidades variará em número, mas não em grau.

Na expressão “prática habitacional”, condensam-se os aspetos elitistas do “Wohngeschmack” de P. Zanker (1993, 14-30), com o carácter estrutural e estruturante do “*habitus*” de P. Bourdieu (1980, 87-110) no quadro dos sistemas de atividade, tal como os pensa A. Rapoport (1990, 9-20). A prática habitacional é, em suma, a forma como as populações respondem às necessidades de subsistência acautelando a imagem

social que projetam, dentro dos quadros privilegiados da frequência dos edifícios públicos e da habitação na sua residência privada. A variabilidade dos fatores individualmente considerados potencia, logicamente, a variabilidade do resultado final, mas existem motivações comuns a toda a etiologia neste campo: a subsistência, a procura do conforto e a salvaguarda das aparências adequadas ao estatuto pretendido.



**Figura 9A** — A edificação como elemento vertebrador dos territórios. A exploração dos recursos naturais para a construção: 1 Quaternário aluvionar (aprovisionamento de areia), 2 Quaternário lacustre (tufo calcários — aprovisionamento de pedra de construção), 3 Plioceno, 4 Mioceno-Oligoceno, 5 Cenomaniano e Turoniano, 6 Belasiano e base do Cenomaniano, 7 Jurássico médio (Dogger — aprovisionamento de pedra de construção), 8 Jurássico inferior (Lias — aprovisionamento de pedra de construção), 9 curvas de nível, 10 localidades, 11 barreiros com argila de composição idêntica ao material de construção de Conimbriga, 12 pedra documentada (segundo V. H. Correia 2013a, fig. 93, p. 194 e est. IV, baseado em J. Alarcão & R. Etienne 1977, II, pl. II, modificado).



**Figura 9B** — A edificação como elemento vertebrador dos territórios. A difusão dos materiais cerâmicos de construção — Identificação das marcas: ○ *Maelo*; □ *Allia Avita*; △ *L. Allius Avitus*; ★ *Primus*; ■ *Duatius*; ● *Fronto*; ▲ *Res Publica Conimbrigensis* (segundo V. H. Correia 2013a, fig. 96, p. 200, baseado em Correia *et al.* 2003, mapa 1, p. 315).

O paradigma de interpretação deste fenómeno preferido pelo presente autor é o da análise do feito civilizacional romano a partir das suas principais ideias morais e políticas que se encontra, no âmbito nacional, exemplarmente demonstrado por M. Helena da Rocha Pereira (1984). A metodologia assenta numa tentativa de reconstituição da assiguação a valores representacionais essenciais dos espaços arquitetónicos típicos (essencialmente vitruvianos) a grupos diferenciados de indivíduos, combinando propostas de A. Wallace-Hadrill (1994, 38-61) e P. Zanker (1993, 19-20).

Podem chegar-se desta forma ao objetivo principal de compreender, através da arquitetura, qual a romanidade que esteve presente no local. Um juízo apriorístico é desde logo evidente: a expressão cultural dos povos do império que os investigadores contemporâneos, à falta de uma expressão coeva que a designe (e que parece não ter existido), designam de *romanitas*, não foi uma expressão monolítica ou sequer unitária,

englobou muitas formas diferentes de expressão e integração comunitárias, que urge comparar desde a base (Revell 2009, 1-40).

Existem dois elementos complementares nos mecanismos da romanização, desde uma ótica romana: a conquista e a assimilação, exemplarmente ilustradas pela atividade de Cneu Júlio Agrícola na *Brittania*, após uma conquista militar que se revestiu de aspetos verdadeiramente sangrentos, quando, segundo Tácito (*Agrícola*, 21):

*Sequens hiems saluberrimis consiliis absumpta. Namque ut homines dispersi ac rudes eoque in bella faciles quieti et otio per voluptates adsuescerent, hortari privatim, adiuvaré publice, ut templa fora domos extruerent, laudando promptos, castigando segnis: ita honoris aemulatio pro necessitate erat. Iam vero principum filios liberalibus artibus erudire, et ingenia Britannorum studiis Gallorum anteferre, ut qui modo linguam Romanam abnuebant, eloquentiam concupiscerent. Inde etiam habitus nostri honor et frequens toga; paulatimque discessum ad delenimenta vitiorum, porticus et balinea et conviviorum elegantiam. Idque apud imperitos humanitas vocabatur, cum pars servitutis esset.*

«O inverno seguinte passou sem perturbação, e foi empregado em medidas salutare. Pois, para acostumar ao descanso e repouso nos encantos de luxo uma população dispersa e bárbara e, portanto, inclinada para a guerra, Agrícola deu incentivo privado e ajuda pública à construção de templos, foros e casas, elogiando os ativos e reprovando os indolentes. Assim, uma rivalidade honrosa tomou o lugar de compulsão. Ele deu igualmente uma educação liberal aos filhos dos chefes, e mostrou uma tal preferência pelo engenho dos britânicos sobre a indústria dos gauleses que os que recentemente desprezavam a língua de Roma agora cobiçavam a sua eloquência. Daí, também, um gosto apareceu pelo nosso estilo de vestir, e a toga tornou-se moda. Passo a passo, eles foram levados às coisas que eliminam os vícios, o salão, o banho, o banquete elegante. Tudo isso, na sua ignorância, eles chamavam de civilização, quando era apenas parte da sua servidão.»

Num e noutro modelo de conduta, o papel das elites locais foi indispensável e crucial, pois mesmo nos mecanismos de conquista mais violenta foi sempre necessário encontrar uma elite de substituição. Desde um ponto de vista propriamente arqueológico, a análise feita dos processos sociais desenvolvidos na *Brittania* (Millet 1990, em especial 99-101), vem a reforçar precisamente este ponto, dando até lugar a uma variabilidade micro-regional — verdadeiramente da escala de uma *civitas* frente a outra vizinha — que para o caso de Conimbriga é especialmente importante, na

medida em que este estudo tem vindo a sustentar que se está perante um caso singular e tal singularidade necessita de explicação.

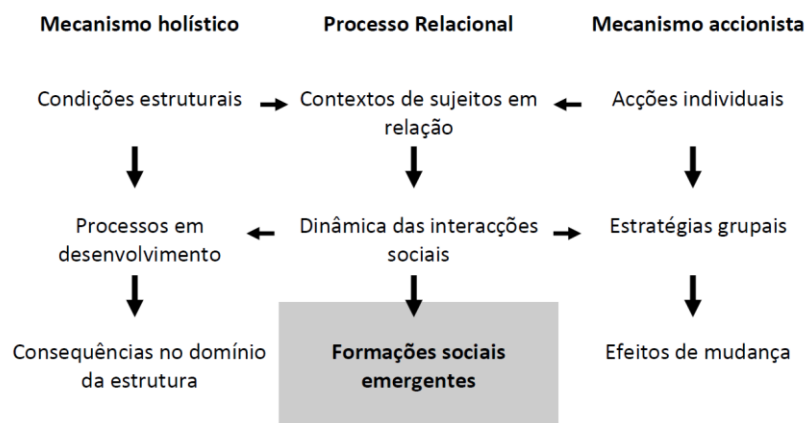
Deve sobretudo dar-se atenção à situação da vizinha *Aeminium*, cidade com um desenvolvimento histórico paralelo ao de Conimbriga, mas cujo padrão urbano, que parece ser de tendência hipodâmica, abona em favor de um “momento fundacional” de características diferentes (Alarcão 2008, 44-51). É possível que a localização de *Aeminium* no estuário do Mondego tenha dado origem a um movimento demográfico distinto (porventura com um contributo romano-italico mais significativo [Le Roux e Fabre 1971, 129-130]) que teria diluído as clivagens socioeconómicas presentes na sociedade pré-romana, resultando num fenómeno urbanístico distinto e, com o recuo suficiente dado pela nossa situação no séc. XXI, com um sucesso histórico, medido na sobrevivência da cidade, muito mais notável.

Essa explicação diferencial residirá portanto na ação dos membros da elite pré-romana na época da conquista e até à reorganização da província por Augusto, que integra definitivamente os *oppida* nas estruturas romanas.

E é neste ponto que o facto identificado por Tácito, da primazia cronológica dos mecanismos públicos e evergéticos de beneficiação urbana dos núcleos populacionais, que precedem a efetiva romanização dos costumes das populações, ganha relevância na interpretação da história urbana desses núcleos.

Os mecanismos da modificação social, sob a ação de modificações do entorno estrutural das sociedades, é um dos fenómenos marcantes da Idade do Ferro, devido à escala geográfica em que nesse período se desenvolvem grandes transformações históricas. E nessa medida, a conquista romana e a subsequente romanização das regiões conquistadas é apenas o culminar desses processos.

É por isso interessante que uma proposta desenvolvida para explicar alguns fenómenos da Idade do Ferro do Ocidente da Península Ibérica (Correia 2000, 426; baseada em Donati 1997, 51-92), como produto de mecanismos de transformação social, convirja e encontre conforto numa análise moderna da romanização como entidade polimórfica (Revell 2009, 10-15), fruto de mecanismos de agência e estruturação a operar em distintas condições (Giddens 1984; cf. Barrett 1997, 51-64). A singularidade do processo de romanização pode assim ser centrada na conjugação de fatores estruturantes — a conquista romana — e agenciais.



**Figura 10** — Mecanismos de transformação social (segundo V. H. Correia 2000, fig. 2, p. 427, baseado em Donati 1997, 63-71).

Do lado destes terá estado a miríade de possibilidades que os centros regionais com meio milénio de contactos à distância com uma pluralidade de regiões e culturas distintas não terão deixado de ver na nova situação, nem de aproveitar.

A intervenção romana reconhece centralidades, e reforça-as ou dilui-as de acordo com as conveniências do momento ou a sua perceção. Sob Augusto este facto histórico é suplementado com a promoção urbanística, através de um primeiro programa de obras públicas.

E, a partir daí, as elites locais desenvolvem um extraordinário programa de autopromoção, implementado quer através da obra pública quer através da obra privada. Isto cria nas cidades um fenómeno de raiz económica — a atividade edilítaria — que ultrapassa rapidamente e em larga medida a esfera económica para se fazer importante na esfera social e cultural, promovendo a competição nos escalões inferiores da sociedade, reforçando as outras intervenções no domínio político, jurídico, religioso ou genericamente cultural (as novas formas de administração local, a concessão de cidadania, a interpretativo e a adoção do latim). É este processo que traz para as cidades romanas, como refluxo, o conjunto de elementos da revolução cultural romana que transformam os confins da *ouekoumene* em parte desse novo mundo.

Como sintetizava brilhantemente, na primeira metade do séc. passado, V. Correia (1928, 230-239):

«A Lusitânia indígena sobreviveu [...] à absorção e, saradas as feridas das lutas bi-seculares, amoldou-se ao ritmo de vida romana irmanando-se os seus elementos representativos, em cultura, com os das restantes províncias extra-peninsulares [...] com a adaptação progressiva os usos, os gostos, as crenças itálicas ou de aceitação italiana generalizaram-se [...] ;] tudo [...] se romanizou paulatinamente.»

(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores, no ciclo de conferências Testemunhos da presença romana em Portugal, a 3 de Fevereiro de 2016)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Adília; Etienne, Robert & Golvin, Jean-Claude, 1997: “Le forum de Conimbriga: réponse à quelques contestations”. In Etienne, R. e Mayet, F. (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), 49-70.
- Alarcão, Jorge de, 1985a: *Introdução ao estudo da casa romana* (Coimbra, Instituto de Arqueologia, *Cadernos de Arqueologia e Arte* 4).
- Alarcão, Jorge de, 1985b: “Sobre a romanização do Alentejo e Algarve — A propósito de uma obra de José d’Encarnação”. *Arqueologia* 11, 99-111.
- Alarcão, Jorge de, 1988: *Roman Portugal* (Warminster, Aris & Phillips Ltd).
- Alarcão, Jorge de, 1990: “Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios”. In *Les villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires* (Paris, Ed. CNRS, *Collection de la Maison des Pays Ibériques* 42), 21-34.
- Alarcão, Jorge de, 1990: “O reordenamento territorial”. In Alarcão, Jorge de (coord.) *Portugal das origens à romanização* (Lisboa, Ed. Presença, *Nova História de Portugal* 1), 352-382.
- Alarcão, Jorge de, 1993: “Alfidii e Aufidii de Collippo e Sellium”. *Humanitas* 45, 193-198.
- Alarcão, Jorge de, 1998: “As cidades capitais do norte de Portugal na época romana”. Rodríguez Colmenero, A. (ed.) In *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico* (Lugo, Diputación Provincial) vol. 1, 429-437.
- Alarcão, Jorge de, 2008: *Coimbra. A montagem do cenário urbano* (Coimbra, Imprensa da Universidade).
- Alarcão, Jorge de, 2010: “A costa portuguesa em Artemidoro”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 13, 107-123.
- Alarcão, J.; Carvalho, Pedro C. & Gonçalves, A. (coords.) 2010: *Castelo da Lousa — Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 5).
- Alarcão, Jorge; Delgado, Manuela; Mayet, Françoise; Alarcão, Adília Moutinho & Ponte, Salete, 1976: *Fouilles de Conimbriga VI, Céramiques diverses et verres* (Paris, De Boccard).
- Alarcão, Jorge & Etienne, Robert, 1973: “L’architecture des cryptoportiques de Conimbriga (Portugal)”. In *Les cryptoportiques dans l’architecture romaine* (Roma, *Collection de l’Ecole Française de Rome* 14) 371-406.

- Alarcão, Jorge e Etienne, Robert, 1977: *Fouilles de Conimbriga I, L'architecture* (Paris, De Boccard).
- Alarcão, Jorge; Etienne, Robert; Alarcão, Adília Moutinho & Ponte, Salete, 1976: *Fouilles de Conimbriga VII, Trouvailles diverses. Conclusions générales* (Paris, De Boccard).
- Alfenim, Rafael A. E, 1992: “A barragem de Aquae Flaviae”. *Conimbriga* 31, 85-98.
- Almeida, F. D., 1964: *Ruínas de Mirobriga dos Célticos* (Santiago do Cacém).
- Alvarez Martínez, José María & Nogales Basarrate, Trinidad, 2003: *Forum Coloniae Augustae Emeritae* (Mérida, Asamblea de Extremadura).
- Alvarez Sáenz de Buruaga, José, 1976: “La fundación de Mérida”. *Augusta Emerita* (Madrid, *Colóquio del Bimilenario*), 43-60.
- André, Clara; Carvalho, Pedro C.; Costa, Miguel C.; Fernandez, Adolfo & Tereso, Sofia, 2014: “Cerâmicas romanas da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança — Primeira síntese)”. In Morais, R.; Fernández, A. & Sousa, M. J. (Eds.) *As Produções Cerâmicas De Imitação Na Hispania* (Porto, Faculdade de Letras da Universidade, *Monografias Ex Officina Hispana II*), vol. I 573-586.
- Andreu Pintado, Javier, 2004: *Munificencia pública en la Provincia Lusitania (siglos I-IV d.C.)* (Zaragoza, Inst. Fernando El Católico).
- António, J., 2014: “Vestígios arqueológicos em Ferragial d’El-Rei (Alter do Chão, 1954)”. *Abelterium* 1, 6-9.
- António, J., 2015a: “Mosaicos geométricos da Casa de Medusa”. *Abelterium* 2-1, 39-51.
- António, J., 2015b: “Alexandre o Grande e a batalha de Hidaspes. O mosaico do triclinium da Casa de Medusa”. *Abelterium* 2-1, 52-71.
- António, J., & Encarnação, J. 2014: “Grafito identifica Alter do Chão como Abelterium”. *Abelterium* 1, 39-42.
- Arruda, Ana M.; Viegas, Catarina & Almeida, M. José (coords.) 2002: *De Scallabis a Santarém* (Lisboa, MNA, cat. exp.).
- Balty, Jean-Charles, 1991: *Curia Ordinis. Recherches d’architecture et d’urbanisme antiqúes sur les curies provinciales du monde romain* (Bruxelas, Académie Royale de Belgique).
- Barata, M. F. S., 1998: “Mirobriga: sua valorização e caracterização”. *Anales de Arqueologia Cordobesa* 9, 59-129.
- Barata, M. F., 1999: “As habitações de Mirobriga e os ritos domésticos romanos”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2-2, 51-67.
- Barata, M<sup>a</sup> Filomena, 2010: “Caracterização geral de Mirobriga”. In Nogales Basarrate, Trinidad (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 201-230.
- Bendala Galán, Manuel 2004: “Conimbriga en la transformación urbana de la Hispania protohistorica a la romana”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora/Liga de Amigos de Conimbriga), 13-33.
- Biers, W. R. 1988 : *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia*, 1981-1986. (Oxford, BAR IS 451)
- Blot, Maria Luísa B. H. Pinheiro, 2003: *Os portos na origem dos centros urbanos* (Lisboa, IPA, *Trabalhos de Arqueologia* 28).
- Boëthius, A., 1960: *The golden house of Nero. Some aspects of Roman architecture* (Ann Arbor Mich., University of Michigan Press).
- Bosch-Gimpera, P., 1966: “Les soldats ibériques, agents d’helenisation et e romanisation”. In *Mélanges d’archeologie, d’epigraphie et d’histoire offerts à Jérôme Carcopino* (Paris, Les Belles Lettres), 141-148.

- Boschung, Dietrich 2002: *Gens Augusta. Untersuchungen zu Aufstellung, Wirkung und Bedeutung der Statuengruppen des julisch-claudischen Kaiserhauses* (Mainz, Vg. Ph. v. Zabern).
- Bourdieu, Pierre, 1980: *Le sens pratique* (Paris, Les Editions de Minuit).
- Brunt, P. A., 2006 (2.<sup>a</sup> ed.): *Roman Imperial Themes* (Oxford, Clarendon Press).
- Caetano, M. T & Mourão, C., 2011: “A ‘portrait’ of book XII of the Aeneid: the mosaic from the ‘House of Medusa’ (Alter do Chão, Portugal)”. In Sahin, M. (ed.) *11<sup>th</sup> International Colloquium on Ancient Mosaics* (Istanbul, Uludag Universitesi), 205-220.
- Carneiro, Sérgio, 2013: “As termas medicinais romanas de Chaves”. In *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (Lisboa, AAP), 793-802.
- Carvalho, Pedro C., 2009: “O Forvm dos Igaeditani e os primeiros tempos da civitas igaeditanorvm (Idanha-a-Velha, Portugal)”. *Archivo Español de Arqueología* 82, 115-131. P. 124-127.
- Cerqueira, Luís M. G.; Guerreiro, Cristina Abranches & Laves, Ana Alexandra Tibúrcio L., (trad.), 2913 (4<sup>a</sup> ed.): *Vergílio. Eneida* (Lisboa, Livraria Bertrand).
- Congés, Anne Roth, 1987: “L’hipothèse d’une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du forum”. *Mélanges de l’Ecole Française de Rome – Antiquité* 99, 711-751.
- Cooley, Alison E., 2009 (ed., trad., com.): *Res Gestae Divi Augusti* (Cambridge, Un. Press).
- Corrales Álvarez, Álvaro, 2014: *La arquitectura doméstica de Augusta Emerita* (Cáceres, Un. Extremadura, Diss. Doct).
- Correia, Vergílio, 1928: “O domínio romano”. In Peres, D. (dir.) *História de Portugal* (Barcelos, Portucalense ed.), I 215-290.
- Correia, Virgílio Hipólito, 1993: “Cidade e função urbana no Ocidente da Lusitânia”. In Tavares, M. J. F. (coord.) *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares* (Lisboa, Universidade Aberta), vol. 1, 61-80.
- Correia, Virgílio Hipólito, 1995: “The Iron Age in South and Central Portugal and the emergence of urban centres”. In Cunliffe, B. & Keay, S. (eds.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia. From the Copper Age to the second century AD* (Oxford, Un. Press, *Proceedings of the British Academy* 86), 237-262.
- Correia, Virgílio Hipólito, 1999: “Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conímbriga”. In Alvarez Palenzuela, V. A. (ed.) *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa* (Madrid, Universidad Autónoma), 11-31.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2000: “Modelos de interpretação e arqueologia proto-histórica”. In Jorge, Vítor Oliveira (coord.) *Protohistória da Península Ibérica* (Porto, ADECAP, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular V*), 413-426.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2003: *Conimbriga. Guia das Ruínas* (Lisboa, IPM).
- Correia, Virgílio Hipólito, 2004a: “Coexistência e revolução: urbanismo e arquitectura em Conímbriga (séc. I a.C.-III d.C.)”. In Lopes, M. C. & Vilaça, R. (coord.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão* (Coimbra/Porto, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto), 261-298.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2004b: “O futuro dos estudos arqueológicos em Conímbriga”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora), 49-80.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2004c: “Moeda, epigrafia e identidade cultural no ocidente peninsular pré-romano”. In Chaves Tristán, F. & García Fernandez, F. J. (eds.) *Moneta qua scripta. La moneda como soporte de escritura* (Sevilha, CSIC, *Anejos de Archivo Español de Arqueologia* 33), 267-290.

- Correia, Virgílio Hipólito, 2009: “Os espaços forais de Conimbriga”. In Mateos, P.; Celestino, S., Pizzo, A. & Tortosa, T. (eds.) *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el desarrollo urbano del Mediterraneo Occidental* (Mérida, IAM, *Anejos de AEspA XLV*), 397-406.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2010: “O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano”. In Nogales Basarrate, T. (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 89-106.
- Correia, V. H., 2011: “Metropolitan artistic models in Lusitania: the examples of the domestic architecture of Conimbriga (Portugal)”. In Basarrate, T. N. & Rodá, I. (eds.) *Roma y las provincias: modelo y difusión* (Mérida, MNAR, *Actas del XI Congreso Internacional de Arte Romano Provincial*), vol. 2 681-691.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2013a: *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana* (Coimbra, Instituto de Arqueologia, Anexos de Conimbriga 6).
- Correia, Virgílio Hipólito, 2013b: “Cúria e Basílica na Evolução do Forum de Conimbriga”. In Soler Huertas, Begoña; Mateos Cruz, Pedro; Noguera Celdrán, José Miguel & Arbulo Bayona, Joaquín Ruiz de (eds.) *Las Sedes de los Ordines Decurionum en Hispania. Análisis Arquitectónico Y Modelo Tipológico* (Mérida/Madrid, IAM/CSIC, *Anejos a Arch. Esp. Arqueología* 67), 353-362.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2014: “O modelo iconográfico da Minerva de Collippo e a sua importância histórica”. *Humanitas* 66, 309-322.
- Correia, Virgílio Hipólito, 2016a: “Observações sobre a ocupação de época romana no vale do Mira”. *Conimbriga* 54 (2015).
- Correia, Virgílio Hipólito, 2016b: “The western Iberia silver hoards: tradition and innovation in Later Iron Age societies commensality”. In Vilaça, Raquel & Serra, Miguel (eds.) In *Actas do Colóquio Internacional ‘Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades’* (Coimbra, Instituto de Arqueologia/CEPBA/Palimpsesto), 219-245.
- Correia, Virgílio Hipólito, no prelo c): “A arquitectura doméstica romana em Portugal”. In *Arquitectura Doméstica en la Hispania Romana* (Mérida, Madrid, IAM/CSIC, *Anejos de Arch. Esp. Arqueologia*, no prelo).
- Correia, Virgílio Hipólito, & Alarcão, Pedro, 2008: “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”. *Conimbriga* n.º 47, 31-46.
- Correia, Virgílio Hipólito & De Man, Adriaan, 2010: “Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território”. In Corsi, C. & Vermeulen, F. (eds.) *Changing landscapes: the impact of Roman towns in the western Mediterranean* (Évora, FCT/CIDEHUS), 299-309.
- Correia, Virgílio Hipólito & Reis, M. Pilar, 2000: “As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana”. In Ochoa, C. F. & Entero, V. G. (ed.) *Termas romanas en el Occidente del Imperio* (Gijón, VTP edit.), 271-280.
- Corsi, Cristina & Vermeulen, Frank, (eds.) 2012: *Ammaia I: The survey* (Gent, Academia Press).
- Dias, Lino Tavares, 1997: *Tongobriga* (Lisboa, IPPAR).
- Dias, Lino Tavares, 1999: “A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de Tongobriga”. In Dias, Lino & Araújo, Jorge (coords.) *Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica* (Porto, Escola Profissional de Arqueologia), 77-108.
- Dias, Lino Tavares, 2003: *Tongobriga. Breves reflexões* (Porto. IPPAR).

- Dias, Lino Tavares, 2011: “Urbanization and architecture on the outskirts of the roman empire”. In Nogales, Trinidad & Rodá, Isabel (eds.) *Roma y las Provincias: modelo y diffusion* (Roma, L’Erma di Bretschneider, *XI Colóquio Internacional de Arte Romano Provincial*), 707-713.
- Dias, Lino Tavares, 2013: “O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira atlântica”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património* 12, 113-126.
- Donati, Pierpaolo, 1997: “Cambio social y pensamiento sociológico: hacia una teoría relacional”. In Vazquez de Prada, V.; Olabarri, I., & Capistegui, F. J. (eds.) *Para comprender el cambio social: enfoques teóricos y perspectivas historiográficas* (Pamplona, Ed. Un. Navarra, *V Conversaciones Internacionales de Historia*), 51-92.
- Dunbabin, K. M. D., 2003: *The Roman banquet. Images of conviviality* (Cambridge, Un. Press).
- Encarnação, José de & Correia, Virgílio Hipólito, 2012: “Inscrições romanas do Paço da Ega (Condeixa-a-Nova)”. *Ficheiro Epigráfico* 98, 442-444.
- Étienne, Robert, 2004: “Conimbriga et le culte imperial”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora), 35-48.
- Etienne, Robert; Fabre, Georges; Lévêque, Pierre & Lévêque, Monique; 1976: *Fouilles de Conimbriga – II — Épigraphe et sculpture* (Paris, De Boccard).
- Etienne, R.; Makaroun, Y. & Mayet, F., 1994: *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)* (Paris, De Boccard).
- Étienne, Robert & Mayet, Françoise, 1997: *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard).
- Fabião, Carlos, 1993: “O passado proto-histórico e romano”. In J. Mattoso (coord.) *História de Portugal I* (Lisboa, Estampa), 203-293.
- Fabião, Carlos, 2010: “Modelos forenses nas cidades da Lusitânia: balanço e perspectiva”. In Nogales Basarrate, Trinidad (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 343-360.
- Fabrini, L., 1983: “Domus Aurea: una nova lettura planimetrica del palazzo sul colle Opio”. In *Città e Architettura della Roma Imperiale* (Odense, Un. Press, *Analecta Romana Instituti Danici, Supplementum X*), 169-185.
- Faria, António Marques, 1989: “Sobre a data da fundação de Pax Iulia”. *Conimbriga* 28, 101-109.
- Faria, João Carlos, 1998: “Algumas notas acerca do provável forum de Salacia Imperatoria”. *Conimbriga* 37, 185-189.
- Fernandes, Paulo Varela, 2015: “Uma colecção de escultura para uma arquitectura perdida: o núcleo altomedieval de Sines”. Fernandes, Carla Varela (coord.) *Imagens e Liturgia na Idade Média* (Lisboa, Sec. Nac. Bens Culturais da Igreja), 7-34.
- Figueiredo, César, 2014: “Relatório de projecto de arqueologia virtual para o documentário ‘Fundeadouro romano em Olisipo’”, (Lisboa, S/ ed., policop.), disponível, em [https://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio\\_de\\_projecto\\_de\\_Arqueologia\\_Virtual\\_para\\_o\\_document%C3%A1rio\\_Fundeadouro\\_Romano\\_em\\_Olisipo\\_.Reconstitui%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Olisipo\\_e\\_de\\_um\\_navio\\_romano\\_do\\_tipo\\_corbita](https://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio_de_projecto_de_Arqueologia_Virtual_para_o_document%C3%A1rio_Fundeadouro_Romano_em_Olisipo_.Reconstitui%C3%A7%C3%A3o_de_Olisipo_e_de_um_navio_romano_do_tipo_corbita), em 26/12/2016.
- Fittschen, K & Zanker, Paul 1985: *Katalog der Römischen Porträts in den Capitolinischen Museen und den anderen kommunalen Sammlungen der Stadt Rom. Band I - Kaiser- und Prinzenbildnisse* (Mainz, Vg. Ph. v. Zabern, *Beiträge zur Erschliessung hellenistischer und kaiserzeitlicher Skulptur und Architektur*, 3).

- Frade, Helena, 1990: “Novos elementos sobre o templo romano de Almofala”. *Conimbriga* 29, 91-101.
- Frade, Helena, 1991: “A Torre de Almofala”. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, AAP), 353-360.
- Frade, Helena, 1998: “Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorum”. *Ficheiro Epigráfico* 58, n.º 266.
- Frade, M<sup>a</sup> Helena S., 2010: “Os fora de Bobadela (Oliveira do Hospital) e da civitas Cobelcorum (Figueira de Castelo Rodrigo)”. In Nogales Basarrate, Trinidad (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 47-68.
- Frade, Helena & Portas, Clara, 1994: “A arquitectura do anfiteatro romano de Bobadela”. In *El anfiteatro en la Hispania Romana* (Badajoz, Junta de Extremadura), 349-371.
- Gamito, Teresa Júdice, 1991: “Contribuição da arqueologia urbana para o estudo da evolução urbana de Faro”. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, AAP), 19-26.
- Gamito, Teresa Júdice, 1994: “Ipsos (Vila velha, Alvor)”. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, AAP), 213-218.
- Gamito, Teresa Júdice, 1997: “Ipsos (Vila velha, Alvor)”. In Barata, M. F. (coord.) *Noventa séculos entre a serra e o mar* (Lisboa, IPPAR), 257-264.
- García Sandoval, E., 1966: *Informe sobre las casas romanas de Mérida y excavaciones en la ‘casa del anfiteatro’* (Madrid, Min. Cultura, *Excavaciones Arqueológicas en España* 49).
- Gasparini, Lidio, 1999: “Considerazioni sull’arredo epigrafico e scultoreo degli augustei di età primo-imperiale in Italia”. In *Ciudades privilegiadas en el occidente romano* (Sevilha, Secretariado de Publicaciones de la Universidad/Diputación) 177-185.
- Goldsworthy, Adrian, 2009: *A queda de Cartago. As guerras púnicas 265-146 a.C.* (Lisboa, Ed. 70).
- Gomes, Paulo Dordio, 2011: “Os mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano da zona ribeirinha do Porto”. In *O mosaico romano nos centros e nas periferias. Originalidades, influências e identidades* (Conimbriga, Museu Monográfico, *X Colóquio do Mosaico Greco-Romano*), 837-848.
- Gomes, Rosa Varela, 2000: *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura* (Lisboa, IPA, *Trabalhos de Arqueologia* 23).
- Gonçalves, Luís Jorge Rodrigues, 2007: *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 2).
- Gros, Pierre & Varène, Pierre, 1984: “Le forum et la basilique de Glanum: problèmes de chronologie et de restitution”. *Gallia*, n.º 42-1, 21-52.
- Gros, Pierre, 1979: Recensão a Alarcão & Etienne 1977. *Revue Archéologique*, N. S. 1979 fasc. 2, 347-350.
- Hodder, Ian R., 1972: “Locational models and the study of Romano-British settlement”. In Clarke, D. L. (ed.) *Models in archaeology* (Londres, Methuen & Co Ltd), 887-910.
- Hodder, Ian & Hassall, 1971: “The non-random spacing of Romano-British walled towns”. *Man* 6, 391-407.
- Imperial, Flávio, 2010: “Achado arqueológico de Maiorca pertença do Museu do Campo da Carapinheira”. *Monte Mayor* 9, 95-106.
- Jiménez Salvador, José Luís, 1998: “La multiplicación de plazas públicas en la ciudad hispanorromana”. *Empúries* n.º 51, 11-30.
- Lima, Miguel Pedroso, 1996: *O recinto amuralhado de Évora* (Évora, Estar Editora).
- Lopes, Luís Seabra, 2000: “Tentativa de Sistematização da Historiografia de Talábriga”. *Al-Madan* 2.<sup>a</sup> s. 9, 28-38.
- Lopes, M. Conceição, 2003: *A cidade romana de Beja* (Coimbra, Instituto de Arqueologia, *Anexos de Conimbriga* 3).

- Lopes, M. Conceição, 2010: “O recinto forense de Pax Iulia (Beja)”. In Nogales Basarrate, Trinidad (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 189-200.
- Lopes, Maria Conceição, 2003: *A cidade romana de Beja* (Coimbra, Inst. Arqueologia, *Anexos de Conimbriga* 3).
- Lopes, V., 2012: “O território e a cidade de Myrtilis”. In Lopes, V. (coord.) *Casa Romana. Museu de Mértola* (Mértola, CAM), 15-60.
- Lopes, V., 2012: “O território e a cidade de Myrtilis”. In Lopes, V. (coord.) *Casa Romana. Museu de Mértola* (Mértola, CAM), 15-60.
- Mangas, Julio, 2014: “Ciudades sin urbe en la Hispania romana”. In Martínez Fernández, Ángel; Ortega Villaro, Begoña; Velasco López, Henar & Zamora Salamanca, Henar, (eds.) *Ágalma. Ofrenda desde la Filología Clásica a Manuel García Teijeiro* (Valladolid, Ed. Universidad), 807-830.
- Mantas, Vasco Gil, 1997: “As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano”. In Barata, M. F. (coord.) *Noventa séculos entre a serra e o mar* (Lisboa, IPPAR), 283-310.
- Mantas, Vasco Gil, 2010: “Amaia e civitas Igaeditanorum. Dois espaços forenses lusitanos”. In Nogales Basarrate, Trinidad (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 167-188.
- Marichal, R. & Barruol, G., 1987: “Le forum antique de Ruscino”. In *Los Foros Romanos de las provincias occidentales. (Actas del Colloquio de Valencia, Universidad de Valencia, 1986)*, (Madrid, Min. Cult.), 45-54.
- Martins, M., 1999: “A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de Bracara Augusta”. In *Actas da Mesa Redonda: Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica* (Marco de Canavezes, EPA), 53-76.
- Martins, M., 2000: *Bracara Augusta. Cidade romana* (Braga, Un. Arqueologia da Un. Minho).
- Massner, Anne-Katrin, 1982: *Bildnisangleichung. Untersuchungen zur Entstehungs – und Wirkungsgeschichte der Augustusporträts (43 v. Chr.-68 n. Chr.)* (Berlim, Mann v.g., *Das Römische Herrscherbild*).
- Mierse, William E., 1999: *Temple and towns in Roman Iberia* (Berkeley, Un. California Press).
- Mommsen, Theodor, 1909: *The provinces of the Roman Empire* (Nova Iorque, Barnes & Noble, ed. 1996).
- Morán, Elena (coord.) 2007: *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos* (Lagos, Câmara Municipal, cat. exp.).
- Mourão, Cátia, 2008: *Mirabilia Aquarum* (Lisboa, EPAL).
- Moreira, José Beleza, 2002: *Cidade romana de Eburobritium, Óbidos* (Porto, Mimesis).
- Moreno, Santiago; Orfila, Margarita; Chávez, M<sup>a</sup> Esther & Cau, Miguel Angel, 2011: “Las áreas residenciales de Pollentia (Alcudia, Mallorca) y sus materiales figurados en soportes plásticos”. In Nogales, Trinidad & Rodá, Isabel (eds.) *Roma y las Provincias: modelo y diffusion* (Roma, L’Erma di Bretschneider, *XI Colóquio Internacional de Arte Romano Provincial*), 927-936.
- Moret, P. 2004: “Tours de guet, maisons à tour et petits établissements fortifiés de l’Hispanie republicaine: l’apport des sources littéraires”. In Moret, P. e Chapa, T. (eds.) *Torres, atalayas y casas fortificadas* (Jaén, Universidad), 13-30.
- Najbjerg, Tina, 2016: “Analysis”. *Stanford Forma Urbis Romae Project* (Base de dados), acessível em <http://formaurbis.stanford.edu/index.html>, em 27/12/2016.
- Nogales Basarrate, Trinidad & Gonçalves, Luís Jorge, 2005: “Imagines Lusitaniae: la plástica oficial de Augusta Emerita y su reflejo en algunas ciudades lusitanas”. In Nogales, T.

- (ed.) *Augusta Emerita. Territórios, espacios, imágenes y gentes en Lusitânia romana* (Mérida, MNAR, *Monografias Emeritenses* 8), 285-338.
- Nogales Basarrate, Trinidad & Pérez del Castillo, M<sup>a</sup> José (eds.), 2014: *Ciudades romanas de Extremadura* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 8).
- Oleiro, João Manuel Bairrão, 1986: “Mosaico romano”. In Alarcão, Jorge de (dir.) *História da Arte em Portugal I. Do paleolítico à arte visigótica* (Lisboa, Publicações Alfa), 111-127.
- Peña Jurado, Antonio, 2009: “La decoración escultórica”. In Ayerbe Vélez, R.; Barrientos Vera, T. & Palma García, F. *El foro de Augusta Emerita. Génesis y evolución de sus recintos monumentales* (Mérida, IAM, *Anejos de AEspA* LIII), 583-621.
- Pereira, Sérgio, 2009: *A cidade romana de Ammaia* (Lisboa, C. M. Marvão/Ed. Colibri, *Ibn-Maruan* n.º esp.).
- Pérez Macias, J. Aurelio; Bustamante Álvarez, Macarena; Martins, Artur & Rivera Jiménez, Timoteo, 2007: “Primeiros resultados do ‘Projecto Vipasca’”. *Vipasca* 2.ª s. 2, 385-394.
- Pfanner, Michael, 1989: “Zum entwicklung der stadtstruktur von Conimbriga”. *Madridrer Mitteilungen* n.º 30, 184-203.
- Ponte, M. Salete, 1993: “Acheugas sobre a estrutura urbana de Sellium (Tomar). In *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia* (Vigo, s/ ed.), II 447-459.
- Quet, M.-H., 1981: *La mosaïque cosmologique de Mérida. Propositions de lecture* (Paris, De Boccard, *Pub. C. Pierre Paris* 6).
- Rafael, L. e Lopes, V., 2007: “Casa do Lanternim (Mértola). Contributo para a história local”. *Vipasca*, 2.ª s. 2, 490-496.
- Rapoport, A., 1990: “Systems of activities and systems of settings”. In Kent, S., (ed.) *Domestic architecture and the use of space* (Cambridge, Un. Press), 9-20.
- Raposo, Jorge M. C. & Filipe, Graça (coord.) 1995: *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (Lisboa, C. M. Seixal/Pub. D. Quixote).
- Riggsby, Andrew M., 1997: “‘Public’ and ‘private’ in Roman culture: the case of the cubiculum”. *Journal of Roman Archaeology* 10, 36-56.
- Rocha, Charles; Dias, Lino Tavares & Alarcão, Pedro, 2015: *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano* (Porto, CITCEM/Ed. Afrontamento).
- Sánchez Sánchez, G. & Nodar Becerra, R., 1997: “Reflexiones sobre las casas suburbanas en Augusta Emerita: Estudio preliminar”. 3, 367-386.
- Silva, Armando Coelho F., 2011: *Ordo Zoelarum. Arqueologia e identidade do Nordeste de Portugal* (Bragança, Museu Abade Baçal, cat. exp.).
- Silva, Carlos Tavares da, & Soares, Joaquina, 1986: *Arqueologia da Arrábida* (Lisboa, SNRPCN, Col. *Parques Naturais* 15).
- Silva, Carlos Tavares da; Soares, Joaquina & Wrench, Licínia, 2015: “Mosaicos Romanos de Setúbal: Exemplo da Excelência da Arte Musiva Urbana na Periferia do Mundo Romano Ocidental”. In Pessoa, Miguel (coord.). *Atas do Encontro Portugal-Galiza: Mosaicos Romanos — Fragmentos de Cultura nas Proximidades do Atlântico* (Condeixa-a-Nova, Associação Portuguesa Para o Estudo da Conservação do Mosaico Antigo), 91-105.
- Silva, Luís Fraga, 2007: *Balsa, cidade perdida* (Tavira, Campo Arqueológico).
- Silva, R. C., 2011: “O quarteirão urbano a poente do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal): a sua configuração ao longo do séc. I d.C.”. *Conimbriga* 50, 79-99.
- Souza, Vasco de, 1990: *Portugal* (Coimbra, Inst. Arqueologia, *Corpus Signorum Imperii Romani*).
- Teichner, Felix, 2008: *Entre tierra y mar. Zwischen Land und Meer*. (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 3).

- Teichner, F.; Oberhofer, K. & Kopf, J., 2014: “Miróbriga (Santiago do Cacém, Portugallo): nuovi dati archeologici sul modello lusitano della residenza privata in età romana”. In *XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico* (Mérida, MNAR), 1121-1124.
- Trillmich, Walter, 1982: “Ein kopffragment in Mérida und die Bildnisse der Agrippina Minor aus den Hispanischen Provinzen”. In *Homenaje a Saenz de Buruaga* (Badajoz, Inst. Cult. “Pedro de Valencia”), 109-126.
- Trillmich, Walter, 1993: “Novedades en torno al programa iconográfico del teatro romano de Mérida”. In Nogales Basarrate, T. (coord.) *Actas de la I Reunión sobre Escultura Romana en Hispânia* (Merida, MNAR), 113-123.
- Trillmich, Walter, 2005: “Monumentalización del espacio público emeritense como reflejo de la evolución histórica colonial: el ejemplo del teatro emeritense y sus fases”. In Nogales, T. (ed.) *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitânia romana* (Mérida, MNAR, *Monografías Emeritenses* 8), 275-284.
- Vaz, João L. Inês, 2010: “Elementos para o estudo dos fora das cidades do norte da Lusitânia”. In Nogales Basarrate, Trinidad (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 315-324.
- Zanker, P., 1993: *Pompei. Società, immagini e forme dell'abitare* (Turim, Giulio Einaudi).